



UFPB



UERN



UESC



UFAL



UFS



UFRN



UFPI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

**PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

FELIPE FERREIRA FRAGA

**A EXPANSÃO DO TURISMO EM SÃO MIGUEL DOS
MILAGRES - AL: CONTRIBUIÇÕES E OBSTÁCULOS AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**



**João Pessoa-PB
2013**

FELIPE FERREIRA FRAGA

**A EXPANSÃO DO TURISMO EM SÃO MIGUEL DOS
MILAGRES - AL: CONTRIBUIÇÕES E OBSTÁCULOS AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) – Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo da Costa Lima

**João Pessoa
2013**

F811e Fraga, Felipe Ferreira.
A expansão do turismo em São Miguel dos Milagres-AL:
contribuições e obstáculos ao desenvolvimento local / Felipe
Ferreira Fraga.-- João Pessoa, 2013.
99f. : il.
Orientador: Gustavo da Costa Lima
Dissertação (Mestrado) - UFPB/PRODEMA

1. Meio ambiente. 2. São Miguel dos Milagres-AL - turismo.
3. Desenvolvimento local. 4. Sustentabilidade.

UFPB/BC

CDU: 504(043)

FELIPE FERREIRA FRAGA

**A EXPANSÃO DO TURISMO EM SÃO MIGUEL DOS
MILAGRES - AL: CONTRIBUIÇÕES E OBSTÁCULOS AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa Regional
de Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente (PRODEMA) – Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para obtenção de grau de Mestre
em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo Ferreira da Costa Lima – UFPB - PRODEMA

Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva – UFPB - CCHLA

Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Vanice Santiago Fragoso Selva – UFPE - PRODEMA

Examinadora Externa

Aos moradores de São Miguel dos Milagres e
a todos que almejam espaços constituídos de
relações sociais dignas, justas e
ecologicamente sustentáveis.

Agradecimentos

Agradeço principalmente, como em toda conquista alcançada, a meus pais. Obrigado pelo amor, pela atenção e pelos estímulos fundamentais para a realização de muitas das etapas que me levaram a concluir este trabalho.

A todos meus amigos e familiares, pela partilha de incontáveis momentos de felicidade que me tornaram ainda mais disposto a realizar este trabalho.

A Caroll, pelo amor e companheirismo. E por me ajudar diretamente na pesquisa, tornando mais fáceis e agradáveis alguns trabalhos de campo.

Ao professor Gustavo Lima, por aceitar se tornar orientador durante o andamento da pesquisa e contribuir imensamente para a realização da mesma. Agradeço com a certeza de que sem seu apoio, suas avaliações e suas recomendações, os rumos deste trabalho seriam outros e a qualidade do mesmo seria reduzida.

Ao professor Eduardo Viana, por receber meu convite inicial de orientação e possibilitar meu ingresso no PRODEMA. E embora, por motivos profissionais, não tenha seguido na pesquisa até o final, deu colaborações valiosas para este trabalho.

Às professoras Cristina Crispim e Maristela Andrade, pela atenção à frente da Coordenação do PRODEMA e pelas importantes contribuições na Banca de Qualificação.

Aos professores Rodrigo Freire e Vanice Selva, por aceitarem compor a Banca de Defesa e contribuírem com questionamentos e sugestões relevantes ao trabalho.

Ao casal Rivaldo e Aline, ao Veloso, ao Estácio, ao Diego, a Carol Neves, a Corinne Vard e a todos que me receberam em São Miguel dos Milagres e me ajudaram com contribuições fundamentais para a pesquisa.

A CAPES, por financiar meus estudos e possibilitar a conclusão da pesquisa.

RESUMO

O modelo de desenvolvimento que caracteriza o sistema político-econômico hegemônico no mundo contemporâneo promove a exploração excessiva do meio ambiente e cria quadros de desigualdades e injustiças sociais. Uma alternativa a esse modelo exige um desenvolvimento construído democraticamente em esferas locais, que valorize as populações e os ambientes envolvidos e insira princípios de sustentabilidade em processos políticos, práticas sociais e atividades econômicas. E o turismo consiste em um potencial e indispensável campo de aplicação dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento local, além de ser um possível meio para o alcance de melhorias econômicas e sociais. Porém, o planejamento e o desenvolvimento inadequados da atividade turística mitigam essa capacidade e intensificam seus impactos negativos. Logo, estudos que avaliem políticas e projetos turísticos e compreendam o processo de organização sócio-espacial promovido pelas práticas turísticas tornam-se fundamentais para averiguar sua efetividade como vetores de benefícios ou aprimorá-los para que sejam eficazes nesse sentido. Assim, este trabalho apresenta um estudo sobre o turismo em São Miguel dos Milagres, no litoral norte do estado de Alagoas, realizando uma análise do processo de expansão da atividade iniciado no ano 2000 e de seus efeitos para a população e o meio ambiente locais. O objetivo principal do estudo foi identificar o surgimento de limitações e oportunidades, relacionadas ao turismo, para o efetivo desenvolvimento no município, caracterizando as atuais condições do turismo na área e apontando os principais impactos e conflitos criados ou intensificados pela atividade. Para permitir uma maior compreensão da complexidade do fenômeno estudado foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem essencialmente qualitativa, principalmente através de entrevistas abertas com moradores e integrantes do mercado local do turismo. Ao final, notaram-se limitações ao desenvolvimento efetivo de São Miguel dos Milagres, como: ausência de atendimento às carências e demandas da população, incipiente caráter democrático nas tomadas de decisão de interesse comum, início de uma expansão urbana desordenada e intensificação de conflitos socioambientais. Entretanto, foram observadas também contribuições ao desenvolvimento local relacionadas à atividade turística, como: a geração de novas fontes de renda para a comunidade, a construção e o estabelecimento do Plano Diretor Municipal e do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, a criação de canais de participação comunitária nas decisões políticas locais e estímulos à conservação do patrimônio ambiental. Conclui-se que o desenvolvimento do turismo em São Miguel dos Milagres incorpora alguns princípios presentes no conceito de sustentabilidade, sobretudo a valorização de potencialidades locais. Se esses princípios forem disseminados e concretamente aplicados, acredita-se que o turismo pode favorecer diretamente um processo de desenvolvimento local no município.

Palavras-chave: São Miguel dos Milagres – Turismo – Desenvolvimento Local – Sustentabilidade

ABSTRACT

The development model that characterizes the hegemonic political-economic system in the contemporary world promotes the excessive exploitation of the environment and creates frames of social inequalities and injustices. An alternative to this model demands a kind of development democratically built in the local sphere that values both the populations and the environments involved and insert principles of sustainability in political processes, social practices and economic activities. And tourism consists in a potential and indispensable field of application of the concepts of sustainability and local development, besides being a possible means for accomplishing economic and social improvements. However, inadequate planning and development of the tourist activity mitigates this capacity and intensify its negative impacts. Therefore, studies that evaluate touristic policies and projects and that understand the process of social-spatial organization promoted by the touristic practices become critical either to inquire its effectiveness as benefit vectors or to improve them so they can be effective in this matter. Thus, this paper presents a study about the tourism practice in São Miguel dos Milagres, on the North coast of the state of Alagoas, through an analysis of the activity's process of expansion which started in year 2000 and its effects to the local environment and populations. This study's main objective was to identify the obstacles and opportunities created by the practice of tourism to the town's effective development, characterizing the current conditions for tourism in the area and pointing the main impacts and conflicts related to the touristic activity. In order to allow a better comprehension of the complexity of the phenomenon studied, an exploratory research with an essentially qualitative approach was conducted, especially through open interviews with some residents and people who are involved with the town's tourism market. In the end, some limitations were perceived in the effective development of São Miguel dos Milagres, such as: absence of fulfillment of the population's needs and demands, incipient democratic spirit in the decision making process related to the common interest, traces of a disorderly urban expansion and intensification of social-environmental conflicts. However, some contributions to the local development regarding the touristic activity were also found, such as: the origination of new sources of income to the community, the construction and the establishment of the Municipal Master Plan and the Management Planning for Costa dos Corais' Environmental Protection Area, the creation of channels for community participation in the local political decisions and incentives to the conservation of the environmental heritage. As a conclusion it can be said that the tourism development in São Miguel dos Milagres incorporates some principles found in the concept of sustainability, especially the valorization of the local potentialities. If these principles are disseminated and concretely applied, it can be inferred that tourism is able to directly favor a local development process in the town.

Keywords: São Miguel dos Milagres – Tourism – Local Development – Sustainability

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO	14
1.1. A Crise Ambiental: Complexidade Articulada de Aspectos Culturais, Sociais, Econômicos e Políticos	14
1.2. Por uma concepção sustentável de Desenvolvimento	23
1.2.1. Qualidade de Vida, Participação Comunitária e Autonomia	31
2. TURISMO: CONCEITOS E CENÁRIOS	36
2.1. Impactos do Turismo	40
2.2. Turismo e Sustentabilidade	47
3. SÃO MIGUEL DOS MILAGRES: ASPECTOS GERAIS E CARACTERÍSTICAS DO TURISMO LOCAL	50
3.1. Localização e Caracterização da Área de Estudo	50
3.2. Caracterização do Turismo em São Miguel dos Milagres	57
3.3. Panorama do Turismo no Brasil: Paralelos com São Miguel dos Milagres	64
3.3.1 Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais	68
3.3.2 Arranjo Produtivo Local Costa Dos Corais	73
4. IMPACTOS E CONFLITOS DO TURISMO EM SÃO MIGUEL DOS MILAGRES: OBSTÁCULOS E CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo é marcado pela existência de problemas globais de caráter ambiental. A degradação da natureza foi observada em larga escala no século XX e seu enfrentamento constitui um dos grandes temas da atualidade. O crescente debate sobre a questão ambiental, porém, ampliou progressivamente seu objeto de discussão para além dos aspectos naturais do meio ambiente, assimilando também a sua dimensão social. Logo, além da contaminação, da alteração e do desgaste de elementos da natureza, o cenário de crise ambiental compreende a deterioração de espaços construídos e do patrimônio cultural, material e imaterial, e os diferentes níveis de miséria, precariedade e insalubridade que atingem a população mundial.

A partir de uma percepção abrangente e complexa sobre o meio ambiente, emergem críticas aos padrões dominantes da sociedade moderna, que promovem a exploração excessiva de recursos ambientais e criam quadros de desigualdades e injustiças sociais. Para o enfrentamento desses problemas é essencial a superação do modelo de desenvolvimento que caracteriza o sistema político-econômico hegemônico e perpetua suas contradições e inconsistências, como a acumulação de lucros, a concentração de poder e riqueza e a inviabilidade ecológica de distribuição equitativa dos elevados padrões de produção e consumo observados no mundo (PORTO-GONÇALVES, 2004; ABRAMOVAY, 2012; FOLADORI, 2001).

Noções alternativas de desenvolvimento surgem no contexto de combate à crise ambiental e de disseminação do conceito de sustentabilidade, que se refere à capacidade de os elementos de um sistema e suas propriedades fundamentais serem mantidos e reproduzidos. Abrangendo todas as dimensões da sustentabilidade, o desenvolvimento pleno deve ser fundamentado, então, na justiça e equidade social, no acesso a recursos e serviços básicos, na valorização da diversidade biológica e cultural, na autonomia, na construção participativa e na melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental (ACSELRAD, 2000; BUARQUE, 2001; SACHS, 2000).

A construção de um efetivo desenvolvimento requer a progressiva inserção desses princípios em processos políticos, práticas sociais e atividades econômicas. E para combater a imposição de padrões hegemônicos pela globalização, a valorização de escalas territoriais reduzidas constitui um instrumento para o alcance da sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento construído democraticamente em

âmbito local, respeitando as particularidades e necessidades das comunidades e dos ambientes envolvidos (ACSELRAD, 2000; BUARQUE, 2001).

Um dos principais setores econômicos da atualidade e responsável por uma crescente mobilização de pessoas no mundo, o turismo consiste em um potencial e indispensável campo de aplicação dos princípios de sustentabilidade e desenvolvimento de base local. E outra característica fundamental para sua relevância é a capacidade de interferir na organização social e espacial dos locais onde se desenvolve, pois demanda amplas intervenções no território através da criação e adaptação de bens e serviços para satisfazer necessidades e interesses de seus agentes. Esse condicionamento do arranjo sócio-espacial contribui para a existência de uma gama variada de impactos socioeconômicos e ambientais, positivos e negativos, que a atividade turística pode propiciar nos locais onde é praticada (CRUZ, 2002).

Os principais possíveis efeitos positivos do turismo são benefícios na área econômica, através da criação de empregos e geração de renda, além da tendência para a melhoria da infraestrutura e serviços básicos nos núcleos receptores, em áreas como transporte, saúde, comunicação e saneamento. O desenvolvimento da atividade pode proporcionar ainda a valorização cultural de comunidades ou localidades pelos visitantes e favorecer a preservação ambiental, através do incentivo à proteção de áreas para visitação. Entre os potenciais efeitos negativos destacam-se a degradação ambiental, a ocupação desordenada dos espaços turísticos, alterações no modo de vida e na economia das localidades, a dependência econômica dos núcleos receptores em relação à atividade, a inflação de preços da terra, de produtos e serviços e conflitos socioculturais entre residentes e turistas. A natureza e intensidade dos impactos do turismo são dependentes do modo no qual a atividade é planejada e realizada. (RUSCHMANN, 1997; BENI, 2006; CRUZ, 2003; OLIVEIRA, 2005)

O potencial de produzir efeitos positivos é utilizado como justificativa para investimentos em projetos e formulação de políticas de incentivo ao turismo, sendo a atividade promovida como um instrumento para o alcance de melhorias econômicas e sociais. Porém, o planejamento e o desenvolvimento inadequados da atividade turística mitigam essa capacidade e intensificam seus impactos negativos.

No Brasil o patrimônio cultural e natural é divulgado como grande oportunidade para a geração de benefícios através do turismo. Entretanto, a promoção da atividade como alternativa para o crescimento e a redução de desigualdades é influenciada geralmente pelo paradigma de desenvolvimento hegemônico, que valoriza

essencialmente aspectos econômicos, como o aumento da produção e a geração de receitas. Assim, observam-se inúmeros impactos negativos e nem sempre os benefícios produzidos pela atividade são revertidos de fato para as localidades onde a atividade é praticada e sua população. Além disso, alguns projetos e empreendimentos, como *resorts* e loteamentos exclusivos, existentes em grande parte do litoral brasileiro, são exemplos de um modelo estratégico que não concretiza a atividade como promotora de desenvolvimento efetivo (LIMONAD, 2007; CRUZ, 2002).

Contudo, programas e empreendimentos turísticos planejados e geridos sob a ótica de um desenvolvimento baseado na sustentabilidade e no retorno de proveitos aos núcleos receptores e suas comunidades possibilitam contribuições para a qualidade de vida das populações envolvidas, para o meio ambiente local, bem como para a manutenção da própria atividade em longo prazo. Estudos que avaliem políticas e projetos turísticos e compreendam o processo de organização sócio-espacial promovido pelas práticas turísticas tornam-se então fundamentais para averiguar sua efetividade como vetores de benefícios ou aprimorá-los para que sejam eficazes nesse sentido. (BENI, 2006; RUSCHMANN, 1997; NEIMAN & RABINOVICI, 2010)

Este trabalho, assim, apresenta um estudo sobre o turismo desenvolvido atualmente em São Miguel dos Milagres, no litoral norte do estado de Alagoas, analisando as características e condições da atividade turística no município e os seus efeitos para a população e o meio ambiente locais.

O município de São Miguel dos Milagres está localizado a 90 km da capital Maceió, estando inserido na região conhecida como Costa dos Corais, um dos principais pólos turísticos de Alagoas e até mesmo do Brasil, segundo o Ministério do Turismo. A região estudada encontra-se em processo de expansão do turismo desde o início do século XXI, com o aumento progressivo do número de estabelecimentos turísticos, e possui características que dão relevância a esse trabalho.

São Miguel dos Milagres apresenta um quadro de incipiente urbanização e relativa conservação de áreas naturais, sendo possível observar que a promoção do turismo no local valoriza essas características. Inclusive, o município integra a chamada “Rota Ecológica”, nome comumente utilizado no mercado turístico em referência a esse trecho do litoral alagoano, que ingressou no cenário turístico nacional no início da década de 2000. O marco inicial desse processo foi a divulgação da região em revistas de turismo, enaltecendo suas características ambientais e as primeiras hospedagens ali então existentes. Os recifes de corais, as praias desertas e o bucolismo do lugar são os

principais atrativos da área e as principais atividades e instalações turísticas são divulgadas atualmente com padrões de excelência, até mesmo com características de práticas sustentáveis.

Porém, além dos atraentes elementos ambientais e culturais, o município e a região possuem um cenário fortemente influenciado pelo contexto histórico-espacial do Nordeste brasileiro e do estado de Alagoas, apresentando índices socioeconômicos abaixo do satisfatório e carência de bens e serviços essenciais à população, contrastando com a divulgação promovida pelo mercado turístico para o local.

Além disso, apesar do crescimento de outros segmentos do turismo, as praias são os principais destinos turísticos no Brasil, o que intensifica a ocupação nas áreas litorâneas, já caracterizadas historicamente por altas taxas demográficas e profundas transformações espaciais. Assim, as zonas costeiras abrigam inúmeros conflitos socioambientais e sofrem fortes pressões, o que para um ambiente socialmente heterogêneo e desigual e naturalmente sensível a alterações é um fator impactante. O fato de parte do território de São Miguel dos Milagres integrar uma Área de Proteção Ambiental também potencializa a ocorrência de uma série de conflitos a partir da coexistência de políticas e interesses distintos para o mesmo local.

A região do litoral norte alagoano abrange outros municípios com aspectos similares no que diz respeito à estrutura socioeconômica, às características ambientais e ao desenvolvimento do turismo, mas, devido também ao tempo escasso para pesquisa, esta se deu especificamente em São Miguel dos Milagres, considerado a referência regional da Rota Ecológica.

Justificado e motivado pelos fatores anteriormente apresentados, o problema que originou este trabalho foi saber se a atividade turística em São Miguel dos Milagres é sustentável e benéfica para o local, e a partir dele foi formulada a questão central da pesquisa: **Quais as condições do turismo em São Miguel dos Milagres e seus efeitos para a população e o ambiente locais?**

Para responder essa pergunta, a pesquisa teve o objetivo de ***analisar o turismo desenvolvido atualmente em São Miguel dos Milagres, avaliando o surgimento de obstáculos e contribuições ao desenvolvimento do local.*** E para isso foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- identificar atividades turísticas existentes no município, caracterizando suas condições atuais;

- levantar e analisar políticas públicas e projetos de desenvolvimento turístico existentes para o município e a região;
- apontar e descrever os principais conflitos e impactos econômicos, sociais e ambientais relacionados com o turismo na área ou decorrentes de sua prática.

Este trabalho, portanto, expõe um estudo de caso com caráter exploratório que metodologicamente dividiu-se em três partes: fundamentação teórica, pesquisa de campo e análise e interpretação de dados. A primeira parte consistiu em um levantamento bibliográfico, com o objetivo de analisar conceitos e teorias referentes, primeiramente, às temáticas de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sustentabilidade e, em sequência, ao Turismo, para então relacioná-los, estudá-los em conjunto e aplicá-los ao estudo de caso. Após o embasamento teórico, definiu-se a metodologia da segunda parte: considerando-se a complexidade e interdisciplinaridade da temática ambiental (MORIN, 2005; LEFF, 2009), foi adotada uma abordagem essencialmente qualitativa para permitir uma maior compreensão sistêmica dos dados e eventos relativos ao turismo e ao desenvolvimento em São Miguel dos Milagres, embora tenham sido utilizadas informações quantitativas para dar suporte às análises (MINAYO, 1994). Foram realizadas seis visitas à área de estudo, totalizando 25 dias de presença no local. Para o estudo de caso, as seguintes técnicas foram empregadas:

- pesquisa documental - em estudos, publicações, reportagens, projetos e políticas referentes ao objeto de pesquisa - para coletar dados secundários e diagnosticar os quadros econômico, social e ambiental do local, conhecer aspectos que envolvem o turismo na área e identificar efeitos gerados ou estimulados pela atividade;
- entrevistas abertas e conversas informais com integrantes de diferentes grupos envolvidos com o turismo no município, para melhor compreender o processo de planejamento e a prática do turismo no local, os possíveis conflitos socioambientais e a percepção desses personagens sobre os efeitos da atividade;
- observação participante de atividades turísticas e de reuniões de moradores e integrantes do mercado turístico, para obtenção de informações preliminares ou complementares acerca da atividade no município; e
- registros fotográficos de atividades e instalações turísticas no município e de efeitos socioambientais com elas relacionados, para evidenciar e exemplificar esses impactos.

Com o objetivo de facilitar a organização da estrutura dissertativa, o esclarecimento sobre os caminhos metodológicos da pesquisa de campo será aprofundado no quarto capítulo deste trabalho, sobretudo com a identificação dos indivíduos entrevistados.

Para demonstração dos produtos da pesquisa de campo, adotou-se um caráter descritivo, através de registro, caracterização e exposição de fatos e fenômenos estudados, estabelecendo-se relações entre eles (MINAYO, 1994). Por fim, para a interpretação dos dados e o alcance dos resultados finais, as informações obtidas foram analisadas sob a ótica dos referenciais teóricos construídos. Após a conclusão da pesquisa, a presente dissertação foi estruturada da seguinte forma:

No Capítulo 1, “Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento”, expõe-se o referencial teórico inicial deste trabalho, a partir da análise do quadro contemporâneo de crise ambiental e de valorização da noção de Sustentabilidade. Será apresentada uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento e a necessidade de transformações nos padrões hegemônicos de relações sociais, ambientais, políticas e econômicas. A importância dessas bases conceituais reside também em sua utilização na posterior interpretação dos dados obtidos na pesquisa de campo.

No Capítulo 2, “Turismo: Conceitos e Cenários” são apresentados aspectos teóricos sobre o turismo e seus impactos, que também servirão de referência para a análise realizada no estudo de caso.

No Capítulo 3, “São Miguel dos Milagres: Aspectos gerais e características do turismo local”, apresentam-se primeiramente breves perfis ambientais e socioeconômicos do município estudado. Posteriormente, serão analisadas as condições em que a atividade turística se desenvolve no local, com a identificação de particularidades desse processo.

No Capítulo 4, “Impactos e conflitos do turismo em São Miguel dos Milagres: Obstáculos e contribuições ao Desenvolvimento Local”, serão demonstrados mais resultados obtidos com a pesquisa de campo, identificando-se eventuais limitações e oportunidades ao desenvolvimento do município que estejam relacionados com a gestão e prática do turismo na região. As respostas ao problema de pesquisa serão então discutidas nas “Considerações Finais”, juntamente com demais comentários sobre o turismo e o desenvolvimento em São Miguel dos Milagres.

1. MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

1.1. A Crise Ambiental: Complexidade Articulada de Aspectos Culturais, Sociais, Econômicos e Políticos

A partir de meados do século XX, a degradação ambiental resultante da intervenção humana na natureza atingiu níveis globais. Problemas como poluição de solo, água e ar, devastação e contaminação de ecossistemas, perda de biodiversidade, desequilíbrios ecológicos, exaustão de recursos e mudanças climáticas se acentuaram e tornaram-se mais aparentes para a população mundial, além de afetarem a saúde e a qualidade de vida humana (BERNARDES & FERREIRA, 2012).

Essa percepção agravou-se ainda com acidentes decorrentes da exploração de recursos naturais e da produção técnico-industrial em larga escala, que, ao originarem desastres de grandes proporções (Quadro 1), impulsionaram o interesse e a preocupação acerca da temática ambiental através da cobertura crescente da mídia (DIAS, 2010).

Quadro 1: Exemplos de grandes acidentes ambientais do século XX

ANO	LOCAL	DESCRIÇÃO
1956	Baía de Minamata, Japão	Contaminação de peixes por mercúrio, originado de uma indústria instalada à margem da baía, causando envenenamento e morte de milhares de pessoas.
1979	Pensilvânia, EUA	Vazamento de gases radioativos na usina nuclear de Three Mile Island, provocando evacuação de 140 mil pessoas.
1984	Bhopal, Índia	Vazamento de gases tóxicos em uma empresa norte-americana de pesticidas, causando 3000 mortes diretas e mais de 200.000 intoxicações.
1986	Chernobyl, Ucrânia, ex-URSS	Acidente em usina nuclear, lançando um grande volume de radiação na atmosfera.
1989	Alasca, EUA	Acidente com navio-tanque Exxon-Valdez, provocando vazamento de milhões de litros de petróleo em água e praias da região, causando mortes de milhares de animais.

Fonte: Adaptado de DIAS (2010).

Além disso, fenômenos naturais como erosões, precipitações e estiagens apresentam dimensões e implicações cada vez mais intensificadas pelos impactos ambientais promovidos pelo homem.¹ E ao tornaram-se igualmente mais visíveis e

¹ Ações promovidas pelo homem, como desmatamento de florestas, compactação do solo e mudanças nos cursos de rios, alteram diversos aspectos da dinâmica ambiental de uma área, como processos erosivos ou o ciclo hídrico local (DRUMMOND, 2000).

reportadas, catástrofes originadas por esses eventos, como enchentes e deslizamentos, também estimulam o debate sobre a crise ambiental e suas consequências.

Nesse contexto apresentado, evidenciam-se a possibilidade de esgotamento de recursos naturais e a vulnerabilidade do homem e demais espécies frente às condições ambientais, questionando-se inclusive a capacidade de sobrevivência da vida no planeta sob um panorama de crescente degradação ² (LENOIR & REEVES, 2006). Essa conscientização gera interrogações sobre o caráter predominante da relação entre sociedade e natureza e suas implicações para a concretização desse cenário de crise.

A natureza é um conceito estabelecido pelos homens e cada cultura institui sua própria noção do que é natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006). E a análise da relação sociedade-natureza compreende não só os valores morais que determinada sociedade constitui em relação a essa construção cultural, mas também a forma como ela se apropria dos considerados recursos naturais (JAMIESON, 2010; BERNARDES & FERREIRA, 2012).

Baseado nisso, o “caráter predominante” desta relação é visto aqui como o comportamento hegemônico na evolução da civilização ocidental moderna, baseado no antropocentrismo e na concepção de natureza objetiva e exterior ao homem. Compreende um conjunto de noções e práticas fundadas: no processo crescente de dominação da natureza pelo ser humano, iniciado com o surgimento da agricultura no Neolítico; e na visão dicotomizada que opõe homem e natureza. Essa visão desenvolveu-se desde a formação das matrizes filosóficas da cultura greco-romana, evoluiu com a constituição da tradição judaico-cristã e se consolidou entre os séculos XVI e XVIII com teorias difundidas no Renascimento e na Revolução Científica (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A partir deste último momento mencionado, a interpretação do pensamento cartesiano-newtoniano influenciou o desenvolvimento de uma ciência reducionista e pragmática, cujo paradigma³ racional e mecanicista tornou-se hegemônico. O avanço progressivo da ciência sob esses princípios produziu enormes conquistas cognitivas e tecnológicas nos séculos seguintes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida

² Como marco histórico inicial dessa discussão, situa-se em 1962 o lançamento, nos Estados Unidos, do livro *Silent Spring*, de Rachel Carson, que alertava sobre uso de pesticidas na agricultura e seus efeitos para a biodiversidade e a saúde humana (DIAS, 2010).

³ Segundo Morin (2005), *paradigmas* são princípios de associação/exclusão fundamentais que comandam pensamentos e teorias; e que podem dominar o conhecimento científico numa certa época.

em diversos aspectos. Porém, conceber a natureza sob leis matemáticas, em oposição à noção de universo orgânico, alavancou o processo de objetificação e fragmentação da natureza - progressivamente dessacralizada e desumanizada - e intensificou o utilitarismo dos recursos naturais (CAPRA, 1982; MOREIRA, 2006).

A ciência formulada sobre os conceitos desse período histórico forneceu bases teóricas que fundamentaram diferentes fases da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX. Na conseqüente expansão do modo de produção e acumulação mercantil capitalista predominou o pensamento de que os recursos seriam ilimitados e estariam à disposição do homem. O avanço científico-tecnológico, o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico observados no mundo desde então aumentaram continuamente a demanda por recursos e a capacidade do homem de explorar e modificar a natureza, estimulando a apropriação e a transformação do espaço, influenciando diretamente a intensificação das alterações ambientais (DIAS, 2010).

Segundo Catalão (2009),

o discurso ambiental é uma categoria sociopolítica e cultural do século XX, fruto de uma formação histórica contemporânea, mas também encontra-se enraizada nos ciclos de progresso acelerado que marcaram as duas grandes revoluções industriais na Idade Moderna, quando o discurso de progresso e de crescimento ilimitado prevaleceu sobre o sentimento de respeito e sacralidade da natureza que caracterizava as sociedades tradicionais. (p.246)

Portanto, no contexto global de formação da crise ambiental, surgiram gradualmente idéias e manifestações que culminaram com o intenso debate sobre o tema a partir dos anos de 1960. Como origens dessa discussão contemporânea Diegues (2000) situa tanto os movimentos de caráter preservacionista disseminados no século XIX, que promoviam respeito e proteção à natureza por questões morais ou motivações estéticas e científicas, ao defenderem a valorização de áreas naturais como destinos de fuga do ambiente urbano-industrial ou focos de pesquisa, quanto a expansão de conceitos conservacionistas, que mantiveram o caráter de transformação da natureza em mercadoria ao pregar o uso eficiente dos recursos naturais ⁴.

Em colônias européias dos séculos XVIII e XIX, segundo Pádua (2004), houve a formação de uma percepção abrangente da problemática ambiental por parte de cientistas e administradores, em função da evidente degradação ambiental produzida

⁴ Neste sentido, no século XVII, já se discutiam na Europa o impacto destrutivo da ação humana sobre espaços naturais e a necessidade de conservação de florestas como estoque de madeira (PÁDUA, 2004).

pelas ações intensas de apropriação econômica da natureza. E, de acordo com o mesmo autor, naquele momento já existiam críticas a esse processo também no Brasil; e diferentemente de visões românticas existentes à época na Europa e nos Estados Unidos, essa contestação partia de intelectuais racionalistas, que defendiam a natureza não por seu valor intrínseco, mas por sua importância política e econômica para o progresso. Assim, nesse caso brasileiro, criticava-se a ignorância do uso descuidado dos recursos naturais e relacionava-se a degradação ao caráter do avanço civilizatório do país, forjado por instituições e técnicas herdadas do atraso colonial, como o escravismo, a concentração fundiária e a agricultura rudimentar e extensiva (PÁDUA, 2004).

Apesar de manterem o caráter utilitarista e a imagem de progresso associado à dominação da natureza, análises como essas ocorridas no Brasil Imperial podem ser consideradas raízes da crítica ambiental atual, por questionarem a exploração desenfreada dos recursos e relacionarem as alterações do meio ambiente às estruturas socioeconômicas, indo ao encontro de ideais ambientalistas difundidos na segunda metade do século XX. Neste debate hodierno concretiza-se a idéia de que a forma de interação com a natureza e os problemas ambientais de uma sociedade são resultados de sua organização social e econômica, refletindo seus padrões de produção e consumo.

Na década de 1960, a reação à crise ambiental se desenvolveu como uma manifestação crítico-social. Com origens em movimentos sociais de contracultura, como *hippies*, *beatniks* e grupos pacifistas, o ambientalismo emerge como parte da contestação aos valores e padrões da sociedade tecnológico-industrial, “cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e destruidora da natureza” (BRUHNS, 2009, p.8). O posterior e sucessivo aumento de percepção sobre os problemas ambientais despertou pensamentos que articulam uma visão diferenciada sobre os acontecimentos naturais, socioculturais e político-econômicos, disseminando a noção de conjunção dos efeitos do sistema hegemônico sobre a natureza e a sociedade (BRUHNS, 2009).

Esse processo contribuiu para que as questões ambientais deixassem aos poucos de ser reduzidas à sua dimensão natural. O meio ambiente passa a compreender não só os aspectos naturais isolados, mas o conjunto deles com os objetos e relações sociais, associando cultura e natureza (BRUHNS, 2009). O conceito de meio ambiente aqui trabalhado, portanto, refere-se à “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade, ou um objeto existe” (ART, 1998 apud DULLEY, 2004, p.18) e engloba: os componentes bióticos e abióticos

da natureza, os elementos culturais produzidos pela sociedade e as relações entre eles. Com isso, a compreensão sobre a crise ambiental é vista aqui por uma perspectiva ecológica e sociológica, abrangendo não só a alteração ou destruição de elementos naturais do planeta, mas também a degradação de objetos construídos e do patrimônio cultural e inúmeros problemas sociais, como estresses físicos e mentais, que afetam a qualidade de vida.

Essa concepção ambientalista é influenciada pelos questionamentos impostos ao paradigma científico hegemônico da era moderna. Com descobertas realizadas e teorias formuladas a partir do fim do século XIX, conceitos como Evolução e Entropia e o desenvolvimento da Física quântico-relativista e da Ecologia revolucionaram a ciência e produziram rompimentos com os padrões anteriores, sobretudo os relacionados à concepção atomístico-reducionista dos fenômenos. A visão mecanicista, que contribuiu diretamente para conquistas cognitivas e técnicas da sociedade moderna, tornou-se contestada como modelo único e absoluto e novas interpretações surgiram para proporcionar um conhecimento mais abrangente (CAPRA, 1982; MORIN, 2005).

Segundo Capra (1982), o reducionismo foi complementado pela consciência ecológica do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Estando interligados, os fenômenos são partes formadoras de um sistema e devem ser analisados como um organismo inteiro através de uma percepção holística. Porém, uma visão puramente sistêmica e integral dos organismos desvaloriza as particularidades que os compõem, já que uma estrutura não é apenas soma de fragmentos (PORTO-GONÇALVES, 2006). Assim, a crítica à ciência moderna considera o sistema como uma unidade complexa não-linear, onde o conjunto só existe pelas interações plurais e inseparáveis que o formam e, ao mesmo tempo, essas partes constitutivas em contato se transformam e alteram o todo. O paradigma da complexidade dos fenômenos, portanto, é contrário a princípios e leis gerais e incita a apreender simultaneamente a unidade e a diversidade de uma estrutura, “em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou de a homogeneizar em indistinta totalidade” (MORIN, 2005, p.334).

Para compreender uma unidade complexa, Leff (2009) afirma que é importante integrar, através da interdisciplinaridade, conhecimentos de diferentes campos do saber e distintas esferas sociais. A prática interdisciplinar “busca construir uma realidade multifacetária, porém homogênea” (LEFF, 2009, p.182) e “pode fazer confluir uma multiplicidade de saberes sobre diversos problemas teóricos e práticos”. (ibid, p.185)

Sob esse conceito, logo, pode ser analisada melhor a complexidade que caracteriza um tecido interdependente, como o meio ambiente e todas as partes que o compõem e modificam.

Com base nessa visão multidimensional, dissemina-se a idéia de que os desequilíbrios ecológicos, o esgotamento dos recursos e os demais aspectos da crise são influenciados pelas formas sociais de apropriação e exploração econômica do meio ambiente, aprofundando a análise da relação sociedade-natureza como fator para esse quadro de colapso. Além da moralidade e do caráter técnico-científico perante a natureza, é preciso compreender também a maneira como os indivíduos se relacionam entre si para acesso e uso dos recursos necessários.

As relações sociais de produção existentes em uma sociedade “são decisivas na determinação de que materiais usar, do ritmo com que são usados e do relacionamento com o meio ambiente” (FOLADORI, 2001, p105). Em função de algumas características, portanto, o modelo predominante de processo produtivo no mundo, instituído com a consolidação da economia mercantil e a expansão do sistema capitalista, tem papel fundamental na geração dos problemas ambientais contemporâneos (LEFF, 2009; FOLADORI, 2001).

Primeiramente, ao basear-se na propriedade privada e nos fins lucrativos dos meios de produção, o capitalismo desenvolve-se pela busca de constante reprodução de lucros. As relações mercantis e industriais, orientadas pelo valor de troca dos produtos e estimuladas por interesses financeiros, incentivam a produção de mercadorias e serviços em larga escala. Com isso, a racionalidade instrumental une-se à racionalidade econômica, intensificando a exploração dos recursos em busca da acumulação de riqueza (LEFF 2009; FOLADORI, 2001; BERNARDES & FERREIRA, 2012). E dessa forma, o sistema mercantil capitalista consolida a noção de desenvolvimento associado à produção e à expansão econômica da sociedade (BARTHOLO JR., 2001).

As idéias associadas a esse modelo de desenvolvimento são a modernização e o progresso, que crêem e professam um caminho evolutivo a seguir, tendo como referencial de sociedade “desenvolvida” aquelas que estão no centro do sistema capitalista. (GUIMARÃES, 2012, p.84)

Segundo Guimarães (2012), o progresso e a modernização referem-se à superação de estruturas tradicionais e à criação de novas formas de produção, sendo caracterizados por estágios crescentes e sucessivos de fenômenos como urbanização, industrialização e inovação tecnológica. Esse processo, porém, é fundado em uma

contradição entre a proposta de desenvolvimento ilimitado e a diversidade e o equilíbrio ecológico da base de recursos ambientais que o sustenta, pois estes não conseguem manter-se em longo prazo diante do ritmo intenso⁵ e dos padrões homogeneizantes⁶ que caracterizam o crescimento promovido pelo modelo hegemônico (ACSELRAD, 2000).

No século XX, com os avanços tecnológicos dos meios de transporte e comunicação, intensificou-se o processo de valorização da escala global dos fenômenos e aprofundou-se a integração mundial. A globalização favoreceu a expansão do sistema econômico, através da dispersão de discursos e práticas capitalistas. Através da internacionalização da economia, os países e instituições protagonistas da hegemonia mundial, interessados na reprodução do capital e na manutenção de sua soberania, difundiram ainda mais seus meios e métodos de produção pelo mundo. Esse fato acentuou a pilhagem e deterioração dos recursos de regiões periféricas, quadro observado desde o período colonialista. E os próprios países emergentes, em busca do progresso imposto pelos ideais desenvolvimentistas, intensificaram as alterações ambientais (PORTO-GONÇALVES, 2004; MENDONÇA, 2005).

A globalização contribuiu ainda para a disseminação de valores e costumes pelo mundo, promovendo a afirmação de modelos culturais hegemônicos e empobrecendo a diversidade cultural. Os valores consumistas massificaram-se e constituíram o padrão cultural dominante na sociedade urbano-industrial. A capacidade de consumo material tornou-se um parâmetro informal da qualidade de vida, aguçando a lógica cumulativa existente no processo produtivo e gerando níveis de produção e consumo que contribuem para o uso excessivo de recursos naturais e intensificam a geração de resíduos (PORTO-GONÇALVES, 2004; CAPRA, 1982). E com esse quadro, a força ideológica da economia transformou a base produtiva da sociedade, onde grande parte do trabalho executado na atualidade está ligada a uma produção agressiva e dispensável, relacionada ao consumismo e à degradação ambiental (ANTUNES, 2011).

Complementarmente, outras características fundamentais do sistema capitalista são o seu desenvolvimento desigual no tempo e no espaço e a consequente reprodução

⁵ “A disponibilidade limitada de matérias-primas, a velocidade de reprodução dos recursos renováveis e a capacidade de absorver os detritos do sistema industrial são insuficientes para acompanhar, por um longo tempo, o ritmo de crescimento acelerado.” (GUIMARÃES, 2012, p.86)

⁶ A acumulação capitalista requer escalas cada vez maiores de produção, com novos espaços sociais e físicos. Com a concentração de meios produtivos nas mãos de poucos agentes, e através do padrão técnico dominante, desenvolve-se a homogeneização do espaço. Ex.: monoculturas, implantação de atividades hegemônicas, substituição da diversidade biológica por espécies dominantes, diminuição da diversidade sociocultural (ACSELRAD, 2000).

de estruturas sociais díspares. Imposta pela concorrência estabelecida pelo mercado, a lógica de acumulação do capital favorece os indivíduos com melhores condições de gerar lucros, criando uma estratificação social hierárquica (BERNARDES & FERREIRA, 2012). A partir dessa escala de condições, que se referem à posse de meios e conhecimentos necessários à reprodução do capital, é determinado o papel das classes sociais no processo produtivo.

A hierarquização da sociedade, somada à distribuição desigual das riquezas, acarreta exploração social, refletindo o sistema hegemônico não só a dominação do homem sobre a natureza como uma dominação do homem sobre o próprio homem. Distintas condições sociais e políticas são provocadas pela disparidade econômica gerada pela acumulação diferenciada de lucros. Assim, este modelo econômico enraizou e aprofunda desigualdades no mundo contemporâneo através da concentração crescente de bens e poder (PORTO-GONÇALVES, 2006; FOLADORI, 2001).

Ao longo da história da sociedade ocidental moderna e durante a evolução do sistema mercantil-capitalista, produziram-se conquistas como o reconhecimento e a sucessiva estruturação de direitos fundamentais, o avanço científico-tecnológico e econômico e o aumento de produtividade, que criaram condições para progressivas melhorias na qualidade de vida. Através do estabelecimento de formas de controle social e distribuição de renda associadas ao progresso material, tornou-se possível gerar melhores condições socioeconômicas e ambientais em diversas regiões. Porém, a atuação dominante do mercado liberal e dos interesses privados, em oposição a uma efetiva regulamentação político-social sobre os mesmos, favorece a acumulação desigual de rendimentos e capacidades, impedindo que as possibilidades de verdadeiras justiça social e plenas liberdades individuais se concretizem para todas as pessoas (ANTUNES 2011).

A organização da civilização contemporânea, portanto, está permeada de configurações e contradições que originam padrões de vida degradantes para a imensa maioria dos indivíduos do planeta. Além disso, as diferenciações político-econômicas, assim como fatores culturais, produzem nas sociedades formas e condições variadas de consumo material e apropriação do meio ambiente. E os impactos ambientais produzidos e observados pelo homem materializam, no espaço, essas distorções presentes nas relações sociais (CRUZ, 2003). Afinal, abrangendo elementos de uso comum a toda a sociedade, o meio ambiente absorve os efeitos dos conflitos entre os interesses de diferentes grupos sociais.

Apesar de alguns elementos tornarem-se propriedade privada por obra do trabalho humano, o meio ambiente enquanto sistema complexo é um bem comum, pois nele inserem-se objetos e relações que envolvem a existência de quaisquer indivíduos. E de acordo com Drummond (2000), um bem comum não tem preço e possui infinitos consumidores potenciais, tendendo a ser sucateado pelo consumo excessivo. Ademais, na interação entre os elementos que o compõem, o meio ambiente está sujeito a um número ilimitado de externalidades, que ocorrem quando combinações entre duas partes provocam impacto involuntário para outras. Sendo assim, o meio ambiente é um campo que gera contestação, fruto dos confrontos inerentes aos desiguais processos de significação, apropriação e uso de seus elementos. A partir das disputas derivadas dos diferentes tipos de relação que os grupos sociais possuem com o meio, formam-se os conflitos socioambientais (LITTLE, 2001).

Segundo Acsehrad (2004) conflitos ambientais se originam quando ao menos um grupo social tem a continuidade de suas formas de acesso e utilização do meio ameaçada por impactos provocados pela prática de outros grupos. E em um cenário de desigualdade e hierarquização socioeconômicas geradas e ampliadas pelos processos de expansão capitalista e globalização, potencializam-se e desequilibram-se essas disputas entre interesses privados e coletivos relacionados ao meio ambiente.

Essa competição intensifica os problemas ambientais, uma vez que distintas práticas podem prejudicar o uso de certos recursos, limitando, deteriorando ou até mesmo extinguindo-os. Em contrapartida, a própria degradação tende a agravar os conflitos, uma vez que dificulta a satisfação comum dos interesses (ACSELRAD, 2004). E o quadro socioeconômico se reflete nesse processo, pois, ainda que atinjam escalas globais,

os efeitos da degradação ambiental são desigualmente distribuídos entre os diferentes grupos sociais segundo classes de renda e capacidades diferenciais das mesmas se fazerem ouvir nas esferas decisórias. Os danos ambientais do desenvolvimento tendem, assim, a atingir em particular as camadas mais destituídas da população. (CARDOSO NETO, 2007, p.8)

Sendo assim, a análise da relação entre a sociedade humana e seu ambiente não é só de uma unidade com seu entorno. É preciso entender uma sociedade diferenciada, conflituosa, que interage com o entorno a partir de classes sociais e grupos com interesses e possibilidades diferentes e até opostos (FOLADORI, 2001). E ao considerar que os problemas ambientais se determinam por impactos do processo produtivo,

Foladori afirma que eles se apresentam primeiro como questões no interior da organização da sociedade, antes de confrontarem limites naturais do planeta.

A construção do quadro de crise ambiental é, portanto, fruto também dos inúmeros problemas sociais e econômicos existentes na atualidade. Representando sintomas de um esgotamento dos rumos civilizatórios, as questões da desigualdade e injustiça, ainda que não sejam causas diretas, estão relacionadas à degradação do meio ambiente e são aspectos que devem ser profundamente considerados em qualquer análise ou enfrentamento desse cenário.

Essa concepção é formulada no campo de discussões da Ecologia Política, que, lidando simultaneamente com a complexidade de aspectos sociais e biofísicos da questão ambiental, desenvolve uma crítica ao colapso entre crescimento econômico e o equilíbrio ecológico (ACSELRAD, 2004). Surgido na década de 1980, este movimento político-acadêmico instaurou o debate sobre os processos de constituição de conflitos entre grupos sociais originados na distribuição ecológica dos recursos ambientais.

Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. (MARTINEZ-ALIER, 2007, p.113)

Analisando os conflitos distributivos a partir das desigualdades decorrentes de processos econômicos e sociais, que concentram seus principais efeitos negativos sobre as populações mais pobres, discriminadas e socialmente excluídas, a Ecologia Política constrói a discussão sobre justiça ambiental. E incluindo a dimensão do meio ambiente na busca por uma sociedade mais justa e equitativa, ampliam-se os questionamentos ao desenvolvimento da sociedade capitalista e ao modelo de crescimento que ameaça a conservação e a reprodução dos recursos naturais e apresenta inconsistências políticas e sociais, devido à profunda disparidade na distribuição da riqueza e da qualidade de vida.

1.2. Por uma concepção sustentável de Desenvolvimento

Com a emergência de uma maior conscientização sobre os problemas ambientais, as décadas de 1960 e 1970 constituem marcos da inserção dessa temática na agenda global contemporânea. Após disseminar-se como pauta de movimentos sociais,

a questão ambiental tornou-se progressivamente discutida nos âmbitos político, científico e econômico. E em 1972, dois eventos despertaram o tratamento da degradação do meio ambiente como uma crise de proporções mundiais.

Primeiro, o relatório do Clube de Roma, intitulado *Os limites do crescimento*, previu que as tendências de crescimento populacional, industrialização, produção e consumo conduziram o planeta em cem anos a perigosos níveis de poluição e escassez de recursos. Apesar de críticas o considerarem alarmista, o documento iniciou um debate mundial sobre a necessidade de um crescimento econômico que avalie as possibilidades de esgotamento dos recursos (DIAS, 2010). E o segundo evento foi a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo. Nesse encontro, que consagrou o meio ambiente saudável como direito fundamental de todos, evidenciou-se a oposição entre as intenções de controlar a degradação ambiental e os anseios dos países em manter ou ampliar seu poder econômico e industrial. Ao final, estabeleceu-se a idéia de que tecnologias limpas nos países ricos e políticas de transferência de recursos técnicos e financeiros aos países pobres seriam soluções aos problemas ambientais. (FOLADORI, 2001)

Essa proposição se fundamentou nos aspectos da degradação ambiental relacionados às diferentes condições socioeconômicas existentes no planeta. Nas regiões ricas e consideradas desenvolvidas, devido aos altos níveis de industrialização e consumo material os impactos ambientais observados desde a década de 1970 são oriundos principalmente do grande volume de resíduos produzidos e rejeitados. (DIAS, 2010) Porém, devido à valorização de políticas ambientais e ao progresso financeiro e tecnológico, tornou-se mais fácil nessas áreas uma crescente instituição de medidas de proteção da natureza e preservação da qualidade ambiental. Em razão dessas ações e do próprio processo histórico de industrialização e urbanização que esgotou muitos recursos, essas regiões não produzem toda a matéria-prima necessária para sustentar seus padrões. E o fazem então através da perpetuação da colonialidade, explorando os recursos naturais de regiões mais pobres. (PORTO-GONÇALVES, 2004)

Além dos impactos gerados para atender a demanda de regiões e instituições dominantes, a degradação nas áreas economicamente menos desenvolvidas está ligada também à expansão demográfica e à busca pelo crescimento econômico-industrial nesses próprios locais, onde a exploração do meio ambiente muitas vezes ocorre sem regulamentos e técnicas ideais para minimizar os impactos negativos. (DIAS, 2010) Ademais, ao contrário das regiões desenvolvidas, a maioria dos habitantes dessas áreas

não tem garantida a satisfação de necessidades materiais básicas, como alimentação, moradia, saneamento básico, vestimenta e transporte, com grande parte da população vivendo em condições inadequadas, ou até precárias. Portanto, os problemas ambientais são acentuados pelas condições sociais nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. (VIOLA, 1987)

Dessa forma, além de questionar padrões de produção e consumo incompatíveis com as limitações dos recursos naturais, o debate instituído sobre a crise ambiental determinou a pobreza existente no mundo como fator agravante da degradação (FOLADORI, 2001; CATALÃO, 2009). A sucessiva formação de comissões e convenções em nível mundial para tratar do meio ambiente em interação com a economia culminou em 1987 com o “Relatório Brundtland” da CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Denominado “Our common Future”, o informe popularizou a noção de Desenvolvimento Sustentável, definido como aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de serem atendidas as necessidades de gerações futuras (ONU, 1991).

A partir de então, o meio ambiente formalizou-se como uma dimensão fundamental do desenvolvimento, através da defesa de um crescimento econômico ecologicamente equilibrado e da utilização prudente de tecnologias para manter a qualidade ambiental.⁷ Sob essa tônica, o Desenvolvimento Sustentável foi promovido na agenda política global das últimas duas décadas, em eventos como a Eco-92, Rio +10 e Rio+20.

De acordo com Sawyer (2011), o Desenvolvimento Sustentável representa uma noção consensual e abstrata, que deve ser tratada no campo diplomático e governamental, demandando ferramentas objetivas para seu alcance. E, segundo esse mesmo autor, a solução dos entraves teóricos do termo é buscada pela concretização de dimensões ambientais e econômicas de sustentabilidade, através da promoção de mecanismos de produção e consumo que aumentem a riqueza e minimizem as tendências atuais de rompimento dos limites dos sistemas naturais.

⁷ Neste sentido, difundem-se propostas como: produção de energia flexível que trabalha com os ciclos do sol, da água e do vento; agricultura de regeneração que reabastece o solo e incorpora meios naturais de controle das pragas; fim da devastação das fontes de recursos naturais (renováveis e não-renováveis); parada do envenenamento da biosfera pelo descarregamento de lixo tóxico; drástico controle da poluição do ar efetuada pelas indústrias e meios de transporte e redução dos "níveis aceitáveis" de exposição radioativa. (VIOLA, 1987)

Esse processo evoluiu com a construção da noção de Economia Verde, que consiste em um instrumento para o Desenvolvimento Sustentável e é definida como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Ela tem três características preponderantes: é pouco intensiva em carbono, eficiente no uso de recursos naturais e socialmente inclusiva. (UNEP, 2011).

Estes procedimentos sugeridos para a sustentabilidade baseiam-se majoritariamente então na ecoeficiência⁸, fomentando a produtividade do capital, mas aumentando também o rendimento da exploração econômica de recursos materiais, energéticos e bióticos. E, segundo Abramovay (2012), o avanço tecnológico nos últimos trinta anos realmente mudou a relação entre crescimento econômico e uso de recursos, permitindo que uma mesma quantidade de riqueza seja produzida com menos materiais. Mas o crescimento da produção mundial é de tal intensidade que esse ganho é apenas relativo, sendo o consumo de recursos e a pressão nos ecossistemas cada vez maiores em termos absolutos.⁹ Além disso,

a tendência histórica ao avanço tecnológico no capitalismo tem sido uma moeda de duas faces. Uma das faces mostra um aumento da produtividade do trabalho, da eficiência no uso dos materiais e da energia. A outra face mostra o aumento do desemprego e da população alijada do acesso aos recursos naturais e aos bens produzidos. (FOLADORI, 2001, p.137)

Logo, o desafio contra a pobreza e a crise ambiental não é produzir mais e com métodos melhores. É imprescindível elevar os níveis de vida dos que se encontram social e economicamente desfavorecidos, mas é ecologicamente inviável que toda a população do planeta atinja os mesmos estilos de vida e padrões de consumo. Na atualidade, 20% da população mundial, localizada nas regiões ricas, consomem 80% da matéria-prima e energia disponíveis (PORTO-GONÇALVES, 2004). De acordo com Abramovay (2012), combater a pobreza sem lutar contra esses níveis desiguais é pensar que a distância entre os diferentes padrões de produção e consumo pode ser encurtada

⁸ A ecoeficiência “atinge-se através da oferta de bens e serviços a preços competitivos que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização dos recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível que, pelo menos, respeite a capacidade de sustentação estimada para o planeta Terra” (DIAS, 2010, p.130)

⁹ Ao longo do século XX, a taxa média de uso anual de materiais por habitante no mundo passou de 4,5 para 9 toneladas. (ABRAMOVAY, 2012)

apenas em direção crescente. Considerando a população mundial atual – e as tendências de crescimento nas próximas décadas – não há condições ecológicas que suportem o aumento de renda - e simultaneamente da pressão ambiental - das regiões em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a manutenção do poder dos que hoje controlam parte tão importante dos recursos ambientais.

Nas decisões político-econômicas, no consumo de recursos e na geração de resíduos devem, portanto, ser avaliados os limites naturais dos ecossistemas. E

é impossível lidar com esses limites apenas por meio da inovação tecnológica, sem que se enfrentem as desigualdades que marcam a distribuição e o emprego desses recursos materiais, energéticos e bióticos na economia global e no interior dos diferentes países. (ABRAMOVAY, 2012, p.22).

Buscando resolver impasses como pobreza e esgotamento de recursos sem discutir as contradições existentes nas relações sociais, a noção de Desenvolvimento Sustentável exercida tornou-se, portanto, um meio de adaptação do sistema econômico à questão ambiental, mantendo a ordem estabelecida e não questionando o paradigma de desenvolvimento que intensifica o cenário de degradação, desigualdade e injustiça. Apesar de promover o gerenciamento de recursos naturais, o Desenvolvimento Sustentável não modifica os fundamentos do modo capitalista de produção e acumulação, sobretudo a maximização de lucros e a mercantilização da vida e da natureza. (GUIMARÃES, 2012; CATALÃO, 2009)

Assim, ao ser discutida no campo econômico, a questão ambiental foi capturada pelo discurso técnico-científico próprio ao sistema hegemônico (PORTO-GONÇALVES, 2004). Exaltando o poder da ciência e da tecnologia, esse discurso propõe que a inovação tecnológica e a substituição de matérias-primas podem promover qualidade ambiental e postergação indefinida de uma eventual escassez de recursos. Consequentemente buscam-se corrigir problemas como poluição, desmatamento e erosão por meio de soluções técnicas; e instituições políticas e econômicas oferecem mecanismos de mercado à crise ambiental, como selos e rotulagens ambientais, que certificam suas ações e asseguram o funcionamento do sistema.

No entanto, Foladori (2001) afirma que as soluções para os problemas ambientais, antes de técnicas, precisam ser sociais. A questão dos limites físicos do planeta está relacionada diretamente à utilidade e ao ritmo de utilização dos recursos e à injustiça que caracteriza essa apropriação. Essa injustiça refere-se à

desproporcionalidade no acesso aos bens e serviços ambientais e na repartição da degradação e seus riscos, uma vez que as diferentes responsabilidades históricas e atuais pelos impactos ambientais distribuem desigualmente benefícios e prejuízos. E as soluções técnicas carregam as contradições da sociedade que as criam, mantendo intactos e até aprofundando os conflitos ambientais e os riscos de ultrapassagem de limites naturais (PORTO-GONÇALVES, 2004).

A governança contra a crise ambiental deve então considerar o mérito, a utilidade e a destinação social daquilo que resulta da exploração econômica dos recursos (ABRAMOVAY, 2012), repartindo entre indivíduos, grupos sociais, setores econômicos, regiões e países os limites de produção e consumo, pois

não é tolerável que algumas regiões ou países ganhem qualidade de vida e conservação ambiental ao custo da insustentabilidade de outros espaços sociais; como de fato ocorre na atualidade, quando o atraso industrial dos países sub-desenvolvidos é condição para moderar as graves agressões ambientais das nações industrializadas. (BUARQUE, 2001, p.39)

Para possibilitar o compartilhamento democrático dos bens e serviços ambientais e respeitar os limites dos ecossistemas, é essencial o estabelecimento de modos produtivos e relações sociais que evitem a concentração de poder e a exclusão de indivíduos pelos processos econômicos. E enquanto houver disparidade nas condições socioeconômicas e na posse de meios de produção, os sujeitos desfavorecidos terão dificuldades em satisfazer suas necessidades e sofrerão mais com as consequências da degradação ambiental.

Segundo Buarque (2001),

a proposta de desenvolvimento sustentável é generosa mas difícil e complexa, por envolver mudanças estruturais e contar com resistências sociais e políticas fortes, decorrentes de privilégios e hábitos consolidados, principalmente nos países e segmentos sociais privilegiados. (BUARQUE, 2001, p.39)

Portanto, a aplicação prática da noção de Desenvolvimento Sustentável apresenta limitações quando não aborda a complexidade de dimensões da sustentabilidade ¹⁰, entendida aqui como a manutenção e reprodução de um conjunto de estruturas e suas propriedades básicas.

¹⁰ Segundo Sachs (1993), o conceito de sustentabilidade possui cinco dimensões: Social, Econômica, Ecológica, Espacial/Política, e Cultural. Conjugando esses aspectos, elaborou a noção de Ecodesenvolvimento, que deve conciliar eficiência econômica, justiça/equidade social e equilíbrio ecológico.

Considerando que

o conceito de sustentabilidade (...) pretende dar conta da complexidade e pluralidade de dimensões que envolvem a integridade de relações ecológicas, direitos humanos, qualidade de vida, justiça social e autodeterminação das comunidades e das nações (CATALÃO, 2009, p.252),

concebe-se o desenvolvimento como um processo ao qual a sustentabilidade é intrínseca e indispensável. Nesse sentido, apropria-se aqui a interpretação de Sachs (2000), que defende um “desenvolvimento sem adjetivos”, naturalmente pluridimensional.

E, superando o conceito atualmente hegemônico que preza o crescimento econômico ilimitado e intensifica desigualdades, o desenvolvimento deve promover o

direito de as sociedades melhorarem constantemente suas condições de vida, encontrando formas adequadas para suprir suas necessidades materiais, realizar seus potenciais e desabrochar suas capacidades nos mais diferentes campos da vida humana. (PÁDUA, 2009, p.18)

De acordo com Porto-Gonçalves (2004) o discurso dominante de desenvolvimento perpetua o caráter colonialista e homogeneizante da globalização, através da imposição de um caminho a ser seguido pela sociedade. E, para esse mesmo autor, a noção de desenvolvimento sustentável ajusta os ideais desenvolvimentistas – modernização, progresso e crescimento econômico – à questão ambiental e os mantém divulgados como via única e contínua de evolução. Assim, a sustentabilidade é inviabilizada no paradigma político-econômico soberano, que, além de desconsiderar na prática os limites naturais para o crescimento e beneficiar os indivíduos com melhores condições de acumulação do capital, subestima a complexa diversidade sociocultural e ecológica existente no mundo, formadora de uma teia de diferentes interesses e necessidades.

De tal modo, Buarque (1999) afirma que são necessárias a “organização e intervenção das instâncias locais na mobilização da sociedade e das energias locais diante dos desafios mundiais.” (ibid., p.18) É preciso evitar a uniformização dos padrões impostos pela globalização, valorizando a escala local a partir de uma dinâmica de proteção contra as forças hegemônicas e a favor das especificidades, que garantam a sobrevivência da diversidade, de identidades e patrimônios culturais e naturais (TREVIZAN, 2006).

Com isso, valorizam-se os conceitos de Desenvolvimento Endógeno (BENI, 2006) ou Desenvolvimento Local (BUARQUE, 2001), que consistem em processos

organizados de dentro pra fora das unidades territoriais, liderados por atores sociais locais¹¹ e que promovem mudança social e aumento das oportunidades da sociedade, utilizando e conservando os potenciais e recursos próprios para melhoria das condições de vida da população.

Abordando os desafios para a sustentabilidade, Acseirad (2000) confronta dois caminhos que podem instituir o desenvolvimento. O primeiro, relativo aos ideais desenvolvimentistas hegemônicos, propõe uma subordinação de atores sociais à lógica da economia e às dinâmicas da modernização. Seria um processo no qual o desenvolvimento é um meio de alcance da cidadania, através da integração competitiva de cidadãos por meio da modernidade técnico-material e da atualização científico-tecnológica. Porém, este modelo aplicado sozinho não enfrenta os interesses privados e a busca por lucros, favorecendo o poder concentrado e excluindo as formas não capitalistas. (ACSEIRAD, 2000)

O segundo caminho sugere que o desenvolvimento se alcance pela cidadania. Defende a valorização de potencialidades e especificidades territoriais e promove uma conexão entre espaços e/ou indivíduos, caracterizada pela “interdependência sem dependência” entre as partes. Estimulando a cooperação de experiências técnicas e socioculturais, consiste em um processo descentralizado que busca elevar a auto-suficiência local e facilitar a produção para o autoconsumo. Neste modelo, que tem como princípios fundamentais a democracia participativa e a socialização da política, a integração entre relações de diversas esferas e escalas são metas em si e não meios de eficiência econômica, minimizando o risco de exclusão social e degradação ambiental (ibid, p.104).

Essa segunda via é aqui adotada como fundamental para o real desenvolvimento, cuja concretização deve preservar ecossistemas e processos ecológicos, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, promover justiça e equidade, valorizar a diversidade cultural e consolidar um processo democrático, com ampla participação social na gestão ambiental (SANTILLI & SANTILLI, 2009).

A avaliação do efetivo desenvolvimento deve, assim, ser abordada com interpretações distintas daquelas presentes no modelo hegemônico. Apesar de

¹¹ “Atores sociais são os grupos e segmentos sociais diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos segundo sua posição na vida econômica e na vida sócio-cultural e que, por sua prática coletiva, constroem identidades e espaços de influência dos seus interesses e suas visões de mundo” (BUARQUE, 1999, p.27)

imperativos para regiões pobres na atualidade, o crescimento econômico e o consumo material, sobretudo com seus padrões modernos, não são parâmetros exclusivos para um julgamento das condições de vida da sociedade.

Veiga (2009) contesta a análise do Produto Interno Bruto absoluto e *per capita* como reflexo de desenvolvimento, por ignorar os impactos sociais e ambientais inerentes ao sistema de produção e acumulação. Para o referido autor, não há linearidade na relação entre crescimento e desenvolvimento; e um indicador eficiente do desenvolvimento deve subtrair dos ganhos econômicos e sociais os danos ao patrimônio natural e cultural, transformando a concepção sobre riqueza. Igualmente sem condições de refletir a inteira complexidade do desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano, que apesar de considerar as dimensões sociais de educação e expectativa de vida somadas à produção econômica, não estima desigualdades sociais e injustiças ambientais (PORTUGUEZ, 2012).

Considerando que o processo de desenvolvimento deve ter como resultado a melhoria constante da qualidade de vida (ORSI, 2012), sendo ambientalmente responsável, economicamente viável e socialmente justo, a sua análise exige a consideração de aspectos que superem as contradições e insuficiências dos principais dados de comportamento socioeconômico atuais.

1.2.1. Qualidade de Vida, Participação Comunitária e Autonomia

O conceito de qualidade de vida é caracterizado pela subjetividade, pois cada indivíduo ou grupo possui diferentes expectativas ou percepções sobre sua existência. Apesar desta relatividade, Orsi (2012) afirma que as condições de vida devem ser analisadas por alguns elementos concretos e objetivos, pois a disponibilidade de certos bens e serviços é fundamental para a satisfação de necessidades dos atores sociais. Assimila-se então a definição de Herculano (2000), que compreende a qualidade de vida como

a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços

naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 2000, p. 92)

Esta soma deve ir além do bem-estar da maioria social e assegurar igualmente o atendimento dos anseios e necessidades das minorias. Para corresponder aos interesses de todos e evitar ações verticais e impositivas que desconsiderem as aspirações dos indivíduos, cabe às comunidades definir as formas de planejar e gerenciar o processo de melhoria de suas condições (PORTUGUEZ, 2012). Comunidades são concebidas aqui como grupos sociais unidos pelo compartilhamento de valores ou espaços comuns e representam uma dimensão fundamental na noção de desenvolvimento local, que valoriza as especificidades de unidades espaciais.

Segundo Acsehrad (2000), o desenvolvimento fundado na diversidade das formas sociais e dos recursos do território evidencia “perspectivas dos sujeitos sociais que procuram dar às distintas configurações socioespaciais sentidos diversos daqueles impostos pelo regime de acumulação dominante” (ibid., p114). Sem submeter-se a lógicas e discursos político-econômicos hegemônicos, o desenvolvimento deve ter, portanto, seus meios e fins determinados pela própria sociedade que o busca ou vivencia (PÁDUA, 2009).

No entanto, devem ser captadas a complexidade e a relevância dos fatores externos que constroem um contexto de oportunidades e ameaças ao local. O desenvolvimento endógeno deve então evitar a fragmentação das ações no plano local e considerar a relação das unidades territoriais com os processos globais nos quais estão inseridas e com os quais interagem. (BUARQUE, 1999) A autonomia “será tanto maior quanto maiores as potencialidades locais e mais forte a organização da sociedade em torno de um projeto coletivo que articula o local com o global.” (BUARQUE, 2001, p.23)

Considerando que “o desenvolvimento endógeno visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida” (BENI, 2006, p.36), fazem-se necessários mecanismos que favoreçam a democratização dos processos decisórios e possibilitem que diferentes atores sociais participem da construção do desenvolvimento, sustentados pela ampliação da cidadania política e social. (BUARQUE, 2001)

Como exemplo de instrumento político para a democratização, Buarque (2001) situa o processo de descentralização, que consiste no fornecimento de autoridade e de

poder decisório para unidades espacialmente menores, como municípios, bairros e comunidades. A escala reduzida permite uma maior proximidade entre as instâncias de decisão e os problemas e necessidades locais, fortalecendo a participação e as oportunidades dos cidadãos na decisão sobre seus rumos.

A cidadania organizada possibilita um maior alcance de conquistas e o aumento de interesse dos indivíduos pelas coisas que lhe são próximas, pelo desenvolvimento de seu ambiente social (COPATTI, 2010). E

as melhores condições de desenvolver e exercer a cidadania ocorrem (...) através do poder local, com a participação dos cidadãos no seu meio local, não somente como indivíduos que apenas vivem, mas sim, como atores sociais, que se interessam pela sua realidade, que se engajam, interagem para a pacificação social, o atendimento de demandas e o desenvolvimento da sociedade. (COPATTI, 2010, p.90)

Entretanto, a descentralização pode favorecer também o controle da autoridade por forças políticas dominantes nas unidades locais, reforçando estruturas de poder existentes (BUARQUE, 2001). Para evitar esse quadro é fundamental a desconcentração de poder originado na desigualdade socioeconômica e na dependência entre grupos sociais.

O poder em uma relação social implica assimetria de posições em que determinados atores, possuidores de meios para tal, são capazes de impor sua vontade para realizar os seus interesses, a despeito da resistência que os outros possam interpor (ANTUNES, 2011, p.202)

A ausência de meios para realizar as necessidades é vista então como condição de pobreza, considerada não apenas a carência de bens materiais, mas principalmente a exclusão aos benefícios sociais. E a pobreza política é mais grave do que a pobreza material, pois torna ignorante e controlável o sujeito excluído (DEMO, 2006). Assim, e considerando que o nível de distribuição de renda não reflete necessariamente as condições de acesso a bens e serviços fundamentais (VEIGA, 2009), é preciso mais do que repartir a riqueza econômica para reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das comunidades.

Segundo Demo (2006), pobre é o indivíduo privado de sua cidadania e que diante dessa situação não consegue romper com a lógica dominante. Toda estratégia contra a pobreza crê no pobre como sujeito decisivo de uma alternativa. Enquanto apenas objeto, é influenciado por forças políticas que não domina e até desconhece. Por isso, devem ser mudadas as relações de acesso ao poder existentes nos atuais padrões de

interação social, onde o “ter” – renda, emprego, posses – corresponde ao “ser”. O “ser” deve ser o único critério para permitir o acesso do indivíduo às decisões que lhe interessem (ibid.)

Logo, é essencial um processo de educação que possibilite todos os cidadãos a participarem de decisões políticas que lhe digam respeito, opinando sobre a função social que projetos políticos e econômicos devem cumprir e compreendendo potenciais impactos positivos e negativos (VEIGA, 2009). Com qualidade educativa suficiente, a população possui liberdade para argumentar e contra-argumentar em um debate, construindo um diálogo entre os sujeitos interessados.

Para essa educação, entretanto, Demo (2005) afirma a necessidade de um relacionamento social com os grupos interessados onde prevaleça a “autoridade do argumento” em oposição ao “argumento da autoridade”. O diálogo ideal deve conter argumentos dos dois lados, prevalecendo o melhor. Esse processo de troca de conhecimentos distribui o poder e torna possível o controle democrático, através de um questionamento que aceita parcerias e de consensos que possam ser questionados, reconhecendo a necessidade de convivência.

Além de promover a autonomia dos indivíduos, uma boa governança do conhecimento pode colaborar no direcionamento das decisões locais relacionadas à busca da melhoria da qualidade de vida. Independente dos costumes e objetivos da comunidade, um ambiente saudável é essencial para sua sobrevivência e aproveitamento de capacidades. Então,

mesmo que as comunidades não percebam que a proteção dos recursos naturais é um fator decisivo para assegurar a qualidade de vida, este tema deve sempre ser abordado de forma elucidativa e sensibilizadora. (PORTUGUEZ, 2012, p151)

Com isso, um importante indicativo para a sustentabilidade é “a construção participativa do saber, respeitando a realidade local e fomentando o engajamento coletivo” (CHEVITARESE & MATTOS, 2006, p76). Dessa forma,

um processo participativo tende a contribuir para o fortalecimento da atitude crítica da população envolvida, para o engajamento político na tomada de decisões e na cooperação quanto às medidas propostas; facilita a resolução de conflitos, a democratização de oportunidades, proporcionando melhores condições para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza. (CHEVITARESE & MATTOS, 2006, p78)

Reconhecendo a sociodiversidade e a multiculturalidade existentes, as sociedades não devem ser iguais, mas igualitárias, respeitando-se as eventuais diferenças entre as comunidades. Assim, deve-se conviver civilizadamente com disputas e consensos. (DEMO, 2006)

Nesse sentido, os conflitos são identificados como formas de interação social, não apenas presentes, mas indispensáveis, uma vez que “são meios pelos quais os atores sociais dirimem suas divergências, interesses antagônicos ou pontos de vista conflitantes, possibilitando que a sociedade alcance certa unidade” (NASCIMENTO, 2001, p.94). São potenciais fatores de coesão social, pois “toda busca de resolução do conflito tende a estabelecer regras que sejam aceitas pelas partes em litígio, o que funda limites à evolução e à manifestação dos conflitos” (ibid. p.101)

Entretanto, para que a mediação dos conflitos através de processos participativos defina regras justas e interessantes na melhor medida para todos os atores, são necessárias relações horizontais de cooperação e reciprocidade, amparadas na autonomia das partes, substituindo relações verticais de autoridade e dependência.

A participação implica em abdicar de posições próprias, respeitar a diferença e a heterogeneidade daqueles que se propõem a participar e construir soluções coletivas. (...) Trata-se de construir coletivamente os processos pelos quais pode-se dar a participação, e não simplesmente propor uma aceitação passiva das regras do jogo (CHEVITARESE & MATTOS, 2006, p.81).

Enfim, a necessidade de mudanças no estilo de desenvolvimento¹² da civilização contemporânea é fundamental para a construção da sustentabilidade, pois em longo prazo, progressivamente intensificados os impactos ambientais produzidos pelo homem, torna-se inviável uma qualidade de vida satisfatória a todos os habitantes do planeta. No entanto, a construção de um novo estilo depende - além de modificações profundas dos níveis de consumo - da transformação de relações sociais existentes, caracterizadas pela desigualdade na distribuição de riquezas e de condições sociais e políticas. Logo, considera-se que a repartição de poder aos grupos desfavorecidos, a partir de escalas espaciais reduzidas, pode proporcionar a resolução justa de conflitos de interesses e favorecer a sucessiva alteração dos padrões degradantes que marcam as diversas práticas sociais e atividades econômicas

¹² O estilo de desenvolvimento retrata a organização da economia e da sociedade e sua relação com o meio ambiente, abrangendo os modos de produção e consumo (BUARQUE, 2001).

2. TURISMO: CONCEITOS E CENÁRIOS

O turismo é definido oficialmente pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2011) como a realização de atividades por pessoas em períodos de viagens ou permanência em locais distintos dos que vivem, a partir de um deslocamento espacial motivado por lazer, negócios, saúde e outras razões pessoais, durante um período inferior a um ano. Constitui uma prática social extremamente difundida no mundo contemporâneo e representa uma das atividades econômicas mais importantes da atualidade.

Historicamente, o ato de viajar está presente no cotidiano das sociedades. Através de viagens de descoberta, exploração e reconhecimento, o ser humano busca experiências e aprendizados, a fuga de rotinas, o intercâmbio cultural, a interação com o meio ambiente e a contemplação de paisagens. Desde a Antiguidade, além de deslocar-se com o objetivo político de conquistar novos territórios, o homem viaja por interesses pessoais, como recreação, peregrinações religiosas, descanso e comércio (OLIVEIRA, 2005).

Após crescer e apresentar novos níveis de organização ao longo dos séculos, o turismo atingiu no século XX a condição de uma das atividades econômicas mais representativas do mundo. Em função de mudanças nas estruturas de trabalho, aumentou-se o tempo livre e a renda dos trabalhadores, que passaram a dispor de melhores condições para viajar. Além disso, o desenvolvimento técnico-científico criou facilidades de transporte e comunicação que também favoreceram o deslocamento de pessoas pelo mundo, tornando-se o turismo um fenômeno social de massas (RUSCHMANN, 1997; SEABRA, 2001).

A importância sócio-econômica da atividade turística é comprovada com os números apresentados pelo setor. Segundo a OMT (2012), o turismo movimentou no mundo em 2012 mais de um bilhão de pessoas somente em viagens internacionais, isto é, sem considerar o deslocamento de turistas dentro de seus próprios países. Este número passou de 25 milhões por ano em 1950, para 940 milhões anuais em 2010 (Figura 1), revelando o intenso desenvolvimento da atividade nas últimas décadas.

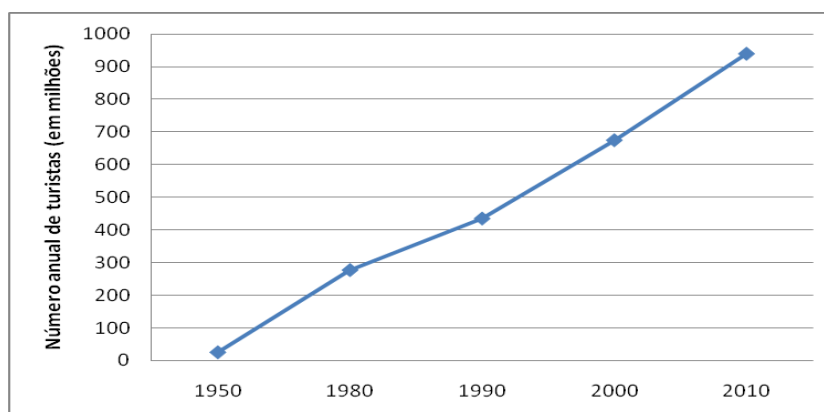


Figura 1: Fluxo anual de turistas em viagens internacionais

Fonte: OMT, 2012

Em relação aos aspectos financeiros, o turismo também possui dados de extrema grandeza. Em 2011, as receitas anuais movimentadas somente com o turismo internacional alcançaram um total de US\$ 1 trilhão no mundo. Esse valor foi de US\$ 851 bilhões em 2009 e US\$ 928 bilhões em 2010, mostrando um crescimento anual significativo, mesmo em um período de crises econômicas e fatores ambientais que poderiam interferir negativamente nos índices da atividade. Os valores movimentados pelo turismo respondem por cerca de 30% das exportações de serviços comerciais no mundo e por cerca de 6% de toda a receita cambial de bens e serviços. Além disso, o turismo responde, direta e indiretamente, por entre 6 e 7% de todos os empregos no mundo (OMT, 2012).

O desenvolvimento do turismo mundial é marcado pela progressiva desconcentração do mercado internacional. Na década de 1950, mais de 90% das viagens internacionais destinavam-se ao grupo dos 15 principais países receptores de turistas. Já em 2004, os 15 primeiros desse ranking receberam 57% dos fluxos turísticos (BRASIL, 2007a). E, como pode ser observado na Tabela 01, este processo se mantém, pois apesar do aumento absoluto de chegadas de turistas nos quinze países líderes do mercado receptivo global os demais países somados recebem uma parcela cada vez maior do fluxo total.

Tabela 01. Principais países receptores de turistas internacionais – 2006-2010

	Turistas (milhões de chegadas)				
	2006	2007	2008	2009	2010
Mundo	842,0	897,8	916,6	881,9	939,9
França	77,9	80,9	79,2	76,8	76,8
Estados Unidos	51,0	56,0	57,9	55,0	59,7
China	49,9	54,7	53,0	50,9	55,7
Espanha	58,0	58,7	57,2	52,2	52,7
Itália	41,1	43,7	42,7	43,2	43,6
Reino Unido	30,7	30,9	30,1	28,2	28,1
Turquia	18,9	22,2	25,0	25,5	27,0
Alemanha	23,6	24,4	24,9	24,2	26,9
Malásia	17,5	21,0	22,1	23,6	24,6
México	21,4	21,4	22,6	21,5	22,4
Áustria	20,3	20,8	21,9	21,4	22,0
Ucrânia	18,9	23,1	25,4	20,8	21,2
Hong Kong (China)	15,8	17,2	17,3	16,9	20,1
Canadá	18,3	17,9	17,1	15,7	16,1
Tailândia	13,8	14,5	14,6	14,1	15,8
:					
Brasil	5,0	5,0	5,1	4,8	5,2
Outros	359,9	385,4	400,5	387,1	422,0

Fonte: BRASIL, 2011b

Confirmando a tendência de desconcentração do mercado mundial, o crescimento da atividade é particularmente maior nos países de economia emergente do que nos países desenvolvidos - 5% de crescimento médio anual nos últimos 5 anos, contra 2,5% - e os países em desenvolvimento já respondem por quase metade do mercado internacional, recebendo 47% do fluxo de turistas em 2011 (OMT, 2012).

Essa reconfiguração do turismo no mundo deve-se à diversificação da oferta turística global. Os países ricos são consolidados historicamente como principais destinos turísticos e são responsáveis também pela maior parte das emissões de turistas e das despesas gastas em viagens (OMT, 2012). Entretanto, as regiões em desenvolvimento apresentam crescentes melhorias na qualidade de serviços e estruturas, tornando-se mais atrativas e acessíveis. O aumento do turismo nesses locais é estimulado ainda pelos próprios países como alternativa econômica para resolução de problemas, como pobreza e desigualdade. Nesse cenário, o crescimento do turismo em destinos diversificados indica o acirramento da competição entre regiões para atrair visitantes e a ampliação da importância do turismo para a economia mundial (BRASIL, 2007a).

A relevância dos dados relacionados à movimentação de pessoas e à geração de renda se acentua pelo fato de o turismo constituir uma atividade sistêmica e por esses

dados estarem envolvidos direta e indiretamente com diversas áreas econômicas (OLIVEIRA, 2005). Isso porque o desenvolvimento do turismo está ligado a uma série de setores econômicos, responsáveis pelos serviços e equipamentos necessários ou vinculados à realização da atividade, como transportes, hospedagem, alimentação, setor bancário, comércio, comunicação e entretenimento. E essas atividades, quando associadas, consistem em elos da indústria turística, por formarem uma cadeia produtiva cujos produtos finais são os objetos de consumo do turismo (TOMAZZONI, 2009).

Os indicadores socioeconômicos, a enorme difusão da atividade como prática social e sua interação com diferentes esferas da economia evidenciam a grande relevância dessa indústria. Porém, mais do que a essas características, a importância maior do turismo e de seu estudo deve-se à sua capacidade de influenciar a organização sócio-espacial dos lugares onde se desenvolve (CRUZ, 2002).

Segundo Cruz (2003) o turismo é uma prática social que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo, ou seja, as pessoas pretendem, durante os períodos em deslocamento, usufruir de bens e serviços que consistem em componentes do espaço. O espaço geográfico é um conjunto de objetos e relações, naturais e sociais, produto da soma de processos decorridos ao longo do tempo. Constitui-se, portanto, de elementos produzidos pela natureza e transformados pelo homem através de práticas e interações sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais. Esses objetos e ações estão em constante interação, o que torna o espaço um cenário condicionado pelas atividades que se dão sobre ele, mas também condicionante desses processos.

A atividade turística ocorre em uma localidade quando nesta há presença e circulação de turistas, desfrutando dos objetos turísticos. A demanda de consumo dos turistas é por recursos naturais e culturais e por bens e serviços variados, que despertem seus interesses ou satisfaçam suas necessidades (BENI, 2006). Porém, para que esses objetos sejam convertidos em atrativos turísticos, há a necessidade de se criarem condições favoráveis à sua exploração, que são alcançadas através da alteração ou introdução de infra-estruturas e serviços em geral. (DIAS, 2008). Essas intervenções são promovidas pelo conjunto de agentes da atividade, que abrange planejadores e administradores dos núcleos receptores, empreendedores, prestadores de serviços e os turistas.

Em função das interferências realizadas nos lugares turísticos, o turismo consiste em uma atividade que realiza não só o consumo, mas também a produção e transformação do espaço geográfico (FRATUCCI, 2000; ALMEIDA, 2008). Com as

apropriações feitas pelos agentes do turismo, criando significados e elementos funcionais para o desenvolvimento da atividade, surgem os territórios turísticos e suas territorialidades. Segundo Hasbaert (2004), territorialidades são as relações e práticas que conferem uma função sobre o espaço. São baseadas em noções de poder e identidade e se dão através da assimilação ou dominação de elementos do espaço.

A criação de territórios turísticos é influenciada por forte valor cultural, considerando que há um processo de escolha dos objetos de consumo da atividade por quem a realiza. A procura por determinado produto turístico, seja ele recurso natural ou cultural, surge pela valorização que os agentes turísticos dão aos objetos. (CRUZ, 2003)

Assim, o turismo pode ocorrer em local já constituído de condições necessárias, como transporte, hospedagem, comunicação e comércio, ou não. Os bens e serviços necessários ao turismo são apropriados ou inseridos no espaço pelo mercado turístico, que impõe uma lógica de organização própria frente às lógicas das outras territorialidades existentes. Quando a adaptação do espaço pelo turismo acontece junto com o início das práticas turísticas e se intensifica durante o processo de expansão das mesmas, há um conflito entre essas lógicas, uma vez que o espaço e seus elementos possuem significados distintos para agentes do turismo e residentes. (CRUZ, 2002).

2.1. Impactos do Turismo

Ao influenciar a organização do espaço geográfico, a atividade turística tem o potencial de gerar ou potencializar uma gama variada de impactos no meio em que se reproduz. Por impacto entende-se qualquer modificação ou sequência de eventos provocados em um local pelo processo do desenvolvimento turístico. (RUSCHMANN, 1997).

O turismo, porém, ocorre simultaneamente com outras atividades econômicas e práticas sociais, que somadas a demais elementos naturais e culturais, compõem todo um quadro espacial preexistente dos lugares onde é praticado. E, ao se realizar e interagir com esse cenário, a atividade turística passa a ser apenas mais um produtor e transformador do espaço. Impactos são resultantes da soma de processos ambientais e sociais decorridos no espaço, incluindo aí o conjunto de atividades e práticas existentes no local. (CRUZ, 2002)

Todos os processos interferem de alguma forma no espaço onde se reproduzem, por isso é equivocado impor ao turismo a responsabilidade exclusiva pelas transformações de um determinado território turístico. Os impactos estão vinculados à organização sócio-espacial geral, sendo complicado dissociar o turismo dos demais processos modificadores do espaço e determinar o papel exclusivo da atividade nas transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. (RUSCHMANN, 1997). Assim, para analisar os impactos da atividade turística e a participação da mesma na organização do espaço onde se desenvolve, é importante considerar os demais processos de uso do solo ou que produzem alterações no local, inclusive os de caráter global. Os agentes transformadores do espaço e de territórios podem ser naturais, como dinâmicas ambientais que alteram o espaço físico; ou sociais, como atividades econômicas, fluxos demográficos, práticas e manifestações políticas e culturais, entre outros.

Os impactos relacionados ao turismo podem ser de caráter positivo ou negativo e de ordem econômica, política, social, cultural ou ambiental. Os efeitos econômicos são relativamente mais fáceis de serem quantificados, em função da existência de dados objetivos. A mensuração dos impactos ambientais e sócio-culturais, porém, é complexa, por se tratarem de resultados qualitativos e mais subjetivos. (BENI, 2006)

- Impactos Econômicos

O aumento da circulação de divisas, a expansão e melhoria das redes de bens e serviços e a geração de empregos são considerados os principais impactos positivos do turismo, por provocarem a movimentação da economia, direta e indiretamente. Porém, esses benefícios só tornam-se concretos para a comunidade receptora, quando o turismo inclui a população local no seu desenvolvimento, aproveitando e capacitando moradores para atuarem nesses empregos gerados. (BENI, 2006)

Entretanto, os gastos dos turistas, os investimentos feitos por agentes do turismo e a conseqüente demanda por mão-de-obra não são constantes nos territórios turísticos, por estarem sujeitos ao nível de valorização e atratividade do lugar, que variam ao longo do tempo e espaço. A sazonalidade e instabilidade geradas pela sujeição à demanda turística caracterizam efeitos econômicos negativos, quando o núcleo receptor apresenta um quadro de dependência excessiva da atividade turística. Além disso, muitos locais sofrem com mudanças na estrutura de trabalho, como o deslocamento de trabalhadores

de suas funções anteriores para atuar no setor turístico; e a desarticulação e subvalorização de atividades tradicionais e fundamentais para a economia local. (DIAS, 2008)

Outros impactos econômicos negativos relacionados ao turismo são: a inflação dos preços da terra, de serviços e de produtos, pela valorização dos núcleos receptores e a conseqüente especulação; e a evasão de divisas, através da remessa para outros lugares dos lucros gerados pela atividade, quando a demanda por bens e serviços atrai empresas, produtos e trabalhadores de outros lugares. (RUSCHMANN, 1997; OLIVEIRA, 2005)

- Impactos Sociais e Culturais

Os impactos de ordem social e cultural possuem uma estreita relação entre si e estão diretamente vinculados ao deslocamento de pessoas e ao contato, muitas vezes hierárquico, entre culturas e grupos sociais distintos que o turismo proporciona. Porém, é importante salientar que a globalização atingiu um estágio na atualidade, em que há uma interação muito forte entre esses elementos. O avanço dos meios de comunicação e a divisão social do trabalho, em escala global, contribuem diretamente para o surgimento de alguns desses impactos, tornando complexo avaliar o papel do turismo nesse processo.

Com base em Beni (2006), Ruschmann (1997), Dias (2008), Tomazzoni (2009) e Oliveira (2005) é feita a seguir uma breve análise dos principais efeitos de caráter social e cultural possibilitados pela prática turística.

No âmbito social, os investimentos em bens e serviços para atender à demanda do turismo podem facilitar o acesso da população local a eles, melhorando a qualidade de vida da mesma. Além disso, em locais em desenvolvimento ou de economia periférica, a necessidade de mão-de-obra qualificada para o turismo cria possibilidades de capacitação profissional para a comunidade receptora, estimulando a educação.

No entanto, a educação não deve ser apenas orientada ao trabalho. Segundo Demo (2005) seu principal objetivo deve ser a emancipação do indivíduo, fornecendo-lhe autonomia para decidir seus rumos. Quando essa liberdade é garantida, pode haver o envolvimento da população local no processo de desenvolvimento turístico. Considerando um processo participativo efetivo e democrático, a auto-estima da comunidade aumenta junto com o valor de sua participação.

A demanda por mão-de-obra, as mudanças na estrutura de trabalho e a valorização do espaço provocam também a criação e transformação de fluxos, como êxodos e migrações, nos espaços turísticos. Esse impacto pode ser de caráter positivo ou negativo, dependendo da maneira que esses novos fluxos transformam a demografia do local. A integração da comunidade com esse novo quadro sócio-espacial facilita a repartição adequada de benefícios do turismo, como o acesso aos empregos gerados e às infra-estruturas construídas.

Porém, deve ser considerada a qualidade dos empregos e benefícios gerados, comparando às riquezas produzidas pelo mercado turístico. Quando o processo de desenvolvimento do turismo favorece a acumulação capitalista e os interesses privados, comunidades locais são excluídas e a atividade não é integrada ao contexto socioeconômico geral do núcleo receptor. Nesse caso, os benefícios da comunidade tornam-se inexpressivos e os fluxos demográficos podem criar casos de exclusão social, elitização, privatização de espaços públicos, entre outros problemas.

O choque cultural, entre pessoas de diferentes valores, costumes, estilos de vida e padrões econômicos, também pode ser visto com um impacto de duplo caráter. É positivo do ponto de vista que promove um intercâmbio cultural e um maior conhecimento para ambas as partes. Porém, esse encontro pode ser prejudicial, ao criar barreiras sociais e produzir na população receptora uma idealização dos hábitos dos turistas e um ressentimento pelas diferenças.

Em relação ao patrimônio cultural, o turismo pode ser um fator de incentivo à sua preservação, em função da valorização que lhe é dada; ou contribuir para sua degradação, através da sua exploração inadequada.

De acordo com Dias (2008) e Ruschmann (1997), outros possíveis impactos sociais e culturais negativos do turismo são:

- rejeição e irritabilidade da comunidade local em relação ao turismo, causada pela saturação dos bens e serviços locais utilizados pelos agentes turísticos
- a transformação de valores e condutas da população dos núcleos receptores, com o surgimento ou intensificação de problemas como prostituição, uso de drogas, criminalidade;
- o etnocentrismo e o desprezo pela população local, que tem minada sua auto-estima, principalmente pelo aspecto de servilismo criado pela atividade turística;
- o “efeito demonstração”, onde a população receptora adota ou visa bens e comportamentos antes desconhecidos ou inacessíveis;

- perda do significado e descaracterização de recursos culturais, em função da comercialização de elementos como artesanato, gastronomia, trajes e manifestações religiosas e artísticas;
- aculturação ou perda de valores, através da assimilação de costumes e hábitos;
- transmissão de doenças.

Os impactos do turismo apresentam ainda um caráter político, ao criarem conflitos entre as diferentes necessidades e interesses, particulares e coletivos, dos grupos sociais existentes no núcleo receptor. Os processos de tomada de decisão nos locais onde a atividade se desenvolve podem então desenvolver diferentes formas de mediar os conflitos de interesse, como os relacionados ao meio ambiente comum.

Ao envolver a comunidade, sobretudo em pequenas localidades, o turismo pode favorecer o empoderamento e a participação da população nos rumos políticos e administrativos do território, possibilitando que os mesmos sejam mais justos e democráticos. Porém, quando a gestão do núcleo receptor é influenciada pelo desenvolvimento da atividade turística, podem ser favorecidos os interesses particulares dos agentes turísticos, aumentando os impactos negativos do turismo e diminuindo a atenção aos demais aspectos de interesse local, além de as comunidades serem excluídas do processo político e a reversão de benefícios para a população se tornar menos efetiva. (Beni, 2006)

- Impactos Ambientais

Os impactos de caráter ambiental referem-se aqui às alterações produzidas pela atividade no meio ou nos componentes do meio, modificando seu estado e sua dinâmica. São consequências das interferências promovidas pelos agentes do turismo no espaço, como a circulação de turistas ou a instalação de infra-estrutura pelo mercado turístico.

O meio ambiente, conceituado aqui como o conjunto de elementos naturais e culturais que envolvem um indivíduo ou uma comunidade, reúne objetos que compõem o espaço geográfico. Sendo o espaço o objeto de consumo da atividade turística, o meio ambiente consiste um aspecto de grande relevância na análise do turismo, pois a qualidade ambiental de um lugar influencia também na sua atratividade. De acordo com

Oliveira (2005), Dias (2008) e Ruschmann (1997), diversos são os impactos ambientais do turismo, sendo analisados a seguir.

O vínculo da atividade com o meio ambiente reforça-se pela atratividade que os elementos ambientais despertam, constituindo importantes objetos turísticos. Por essa atratividade, o turismo tem o potencial de valorizar o meio ambiente, sobretudo dos lugares em que se desenvolve, sensibilizando as pessoas da importância do mesmo e incentivando sua conservação. Além disso, visando atrair e atender turistas, o turismo pode estimular a restauração do patrimônio ambiental e a preservação da biodiversidade; e contribuir com a elaboração de planos diretores e a regulação de uso das terras.

Ao interferir no espaço com a inserção de estruturas e serviços, como redes de esgotos e sistemas de coleta de resíduos, para atender a demanda, o turismo pode favorecer a melhoria da qualidade ambiental. Porém, quando esses instrumentos são insuficientes ou equivocadamente aplicados, potencializa-se a degradação ambiental, principalmente de áreas naturais. A descaracterização e comprometimento das paisagens são também potenciais impactos ambientais dessas alterações no espaço.

A presença de agentes do turismo pode degradar o meio ambiente através de danos a alguns elementos – como fauna, flora, relevo, objetos culturais, entre outros – principalmente em atividades com circulação em massa de turistas. Associados, os fluxos demográficos e a criação de equipamentos possibilitam ainda o crescimento populacional e territorial dos núcleos receptores, muitas vezes de forma desorganizada, gerando problemas como a favelização. O aumento da produção de resíduos; a contaminação do ar, da água e do solo e a poluição sonora são outros potenciais efeitos negativos do turismo.

Por terem a capacidade de interferir na qualidade de vida da população dos espaços turísticos e intensificarem os confrontos entre os interesses públicos e privados, os impactos ambientais devem ser analisados também como sendo de caráter social e político.

Apesar desta segmentação teórica dos impactos, é importante considerar que muitos dos efeitos do turismo estão conectados. De certa forma, um impacto pode ser a causa do surgimento ou intensificação de outro. Por exemplo, a especulação fundiária causada pela valorização de espaços turísticos provoca o êxodo de moradores tradicionais das áreas valorizadas para locais periféricos, assim como a oferta de emprego pela atividade atrai uma população migrante. Esses fluxos demográficos, por

sua vez, podem gerar uma situação de expansão desordenada e ocupação irregular, prejudicando a qualidade ambiental. Do mesmo modo, efeitos positivos também podem ser cumulativos e integrados.

Ao conhecerem-se os possíveis efeitos do turismo, conclui-se que se trata de uma atividade híbrida, sendo ao mesmo tempo um vetor de benefícios e uma fonte de degradação sócio-ambiental (BECKER, 2001). É necessário, portanto, ter conhecimento de que todo o processo de crescimento das atividades turísticas, principalmente em regiões periféricas ou em desenvolvimento, é acompanhado de transformações nos cenários ambiental e sociocultural (BENI, 2006)

Assim, é importante avaliar a qualidade e a distribuição dessas alterações que o turismo produz ou intensifica. O caráter e a amplitude dos impactos do turismo são influenciados pela maneira que os agentes da atividade assimilam o espaço. Quando essa apropriação caracteriza-se pela atratividade massiva, pela efemeridade e pela ausência de vínculos políticos e afetivos com o local, sendo estimulada pela transitoriedade da atividade e pela busca somente por lucros do mercado e pela satisfação do turista, eleva-se o potencial de impactos negativos, sobretudo os de ordem ambiental e sócio-cultural. (NEIMAN & RABINOVICI, 2010)

Segundo Tomazzoni (2009), os impactos positivos do turismo, principalmente como multiplicador de renda e empregos, são aproveitados por planejadores e administradores, públicos e privados, como justificativa de utilização da atividade para o alcance de melhorias sócio-econômicas. Mesmo que a atividade não tenha a responsabilidade de solucionar problemas socioeconômicos de quaisquer lugares, esse potencial de criar benefícios incumbe à política pública o compromisso de “fazer da prática do turismo um possível veículo da melhoria da qualidade de vida das sociedades” (CRUZ, 2003, p.115). Assim, muitas localidades vêem no turismo uma possibilidade para seu próprio crescimento e desenvolvimento.

Entretanto, os impactos negativos intensificam-se na ausência de projetos e programas adequados para o setor (BECKER, 2001). Assim, é fundamental que o turismo receba de entidades públicas e privadas a importância necessária no conjunto das atividades econômicas e sociais, sendo orientado por uma regulação e por planos integrados, que possibilitem o desenvolvimento ordenado da atividade.

2.2. Turismo e Sustentabilidade

Com o avanço da temática ambiental no debate político mundial e sua conexão aos problemas sociais, culturais e econômicos que marcam a sociedade contemporânea, os princípios da sustentabilidade foram progressivamente incorporados como fundamento teórico para atividades econômicas e práticas sociais, entre elas o turismo. Apesar das contradições observadas na sua real aplicação até o momento, a disseminação do conceito de sustentabilidade nas últimas décadas contribuiu para um maior reconhecimento dos diversos impactos gerados pelo turismo.

À medida que se observam os impactos negativos que comprometem a qualidade de vida e o meio natural dos núcleos receptores, prejudicando também a qualidade da própria atividade em si, surgem questionamentos ao caráter das atividades turísticas. Foram desenvolvidos então modelos conceituais de realização do turismo que procuram mitigar seus efeitos negativos e maximizar os impactos positivos, diferenciando-se principalmente do turismo de massa, a prática mais convencional e intensa da atividade. (RUSCHMANN, 1997; SEABRA, 2012)

Segundo Ruschmann (1997), o turismo de massa caracteriza-se pelo grande fluxo de turistas em um local e pela existência de amplos e variados equipamentos para atendê-los. Em geral, é influenciado pelos padrões dominantes de acumulação e consumo, sendo marcado pela relação efêmera e predatória entre os agentes turísticos e os espaços onde a atividade se desenvolve. Com a valorização da noção de desenvolvimento sustentável, o modelo de turismo em larga escala tornou-se condenado em função de seus potenciais danos ambientais e socioculturais.

A partir principalmente da década de 1990, então, são incentivadas práticas turísticas que apresentem maior preocupação com o meio ambiente e com as comunidades dos núcleos receptores, defendendo a socialização dos benefícios econômicos e sociais do turismo e a preservação do patrimônio dos locais. (SEABRA, 2012) Esses princípios representam a assimilação do conceito de sustentabilidade pelo campo do turismo e fundamentam a busca por formas menos impactantes da atividade que visem o desenvolvimento efetivo das localidades onde ocorrem. Analisando esse contexto, encontram-se no mesmo patamar as noções de “turismo alternativo” e “turismo sustentável”:

Turismo alternativo é aquele que valoriza o âmbito local, conciliando conservação ambiental e inclusão social, não estando necessariamente vinculado a um

grande crescimento econômico. (NEIMAN & RABINOVICI, 2010). E segundo Seabra (2012), o turismo sustentável, satisfazendo os anseios do turista, respeita o patrimônio natural e cultural, preserva usos e costumes locais e distribui equitativamente às comunidades receptoras os benefícios da atividade.

Promovido e realizado sob as bases da sustentabilidade, o turismo apresenta teoricamente a capacidade de maximizar seus benefícios e melhorar a qualidade de vida nos locais em que ocorre, contribuindo para o seu real desenvolvimento. Entretanto, assim como ocorre no debate global sobre a degradação ambiental e os problemas socioeconômicos, a sustentabilidade concreta esbarra na complexidade e nos padrões contraditórios da sociedade contemporânea.

A aplicação da sustentabilidade no turismo depende da mudança de atitude dos agentes envolvidos: turistas, mercado turístico, comunidade local, planejadores e promotores dos destinos (NEIMAN & RABINOVICI, 2010). Porém, a lógica inerente ao sistema político-econômico dominante gera desigualdades e produz conflitos de interesses marcados pelos diferentes níveis de poder, dificultando a consolidação de atividades produtivas que respeitem todas as necessidades coletivas e individuais.

Dessa forma, é fundamental também na realização adequada do turismo a utilização de estratégias que possibilitem o equilíbrio de forças entre os grupos sociais. Apreendendo a valorização de escalas locais e comunitárias que surge ao longo da discussão global sobre novos modelos de desenvolvimento, são formuladas noções de turismo que procuram contribuir para o alcance da legítima sustentabilidade. Nesse caso situam-se os conceitos de “turismo de base local” ou “turismo de base comunitária”.

O turismo de base local ou comunitária é liderado pela população autóctone do espaço turístico, utilizando e conservando o potencial de desenvolvimento do próprio território onde a atividade ocorre para conduzir à melhoria do bem-estar das comunidades locais, que controlam o planejamento e gestão da atividade por meio do envolvimento participativo. Neste processo, o turismo precisa ser adequadamente integrado às demais atividades praticadas pelas comunidades locais e deve proporcionar os benefícios para a própria população. (SEABRA, 2012; NEIMAN & RABINOVICI, 2010)

O fortalecimento e a inserção dos atores locais dos núcleos receptores nos processos participativos favorecem a construção de ações de planejamento e gestão do turismo que considerem as verdadeiras necessidades e intenções da comunidade, valorizando as particularidades ambientais e culturais de seu território.

Entretanto, a participação ultrapassa o papel de consultoria e atuação passiva em reuniões. (SEABRA, 2012) Segundo Beni (2006), os atores sociais locais devem ser situados no centro do processo de desenvolvimento através de seu empoderamento, com instituições econômicas e políticas estando a serviço desses grupos. Para o referido autor, o empoderamento

vai além das noções de democracia, direitos humanos e participação para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do seu meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), refletindo sobre os fatores que dão forma a seu meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua própria situação. (...) O empoderamento pressupõe uma participação crítica e ativa que não pode, de forma alguma, ser confundida com a simples “presença” ao longo do processo de decisão. (BENI, 2006, p.74)

Logo, a comunidade pode e deve interferir no planejamento e gestão participativos do turismo, controlando ou tendo poder de decisão sobre as principais ferramentas de organização da atividade, intervindo na condução e implantação de ações como: zoneamento territorial, definição de capacidades de carga turística, instalação de infraestrutura; legislação e regulamentação local; diagnóstico do potencial turístico; e elaboração de projetos e roteiros. (RUSCHMANN, 1997; NEIMAN & RABINOVICI, 2010)

A construção de planos e programas para o turismo que apresentem caminhos apontados também pelas comunidades é essencial para que as políticas públicas não sejam estabelecidas pelo poder governamental unicamente em favorecimento do mercado turístico. A participação efetiva de diferentes atores sociais no planejamento e gerenciamento do turismo pode ainda maximizar e distribuir seus benefícios sociais e econômicos e favorecer a proteção do patrimônio ambiental. (SEABRA, 2012)

3. SÃO MIGUEL DOS MILAGRES: ASPECTOS GERAIS E CARACTERÍSTICAS DO TURISMO LOCAL

3.1. Localização e Caracterização da Área de Estudo

O município de São Miguel dos Milagres está localizado no litoral norte do estado de Alagoas (Figura 2), possuindo uma área territorial de 65 km² e uma população de 7.163 habitantes (IBGE, 2010). A sede municipal encontra-se a uma altitude de 1,0 m, nas coordenadas geográficas de 09° 15'57,6'' de latitude sul e 35° 22'22,8'' de longitude oeste.

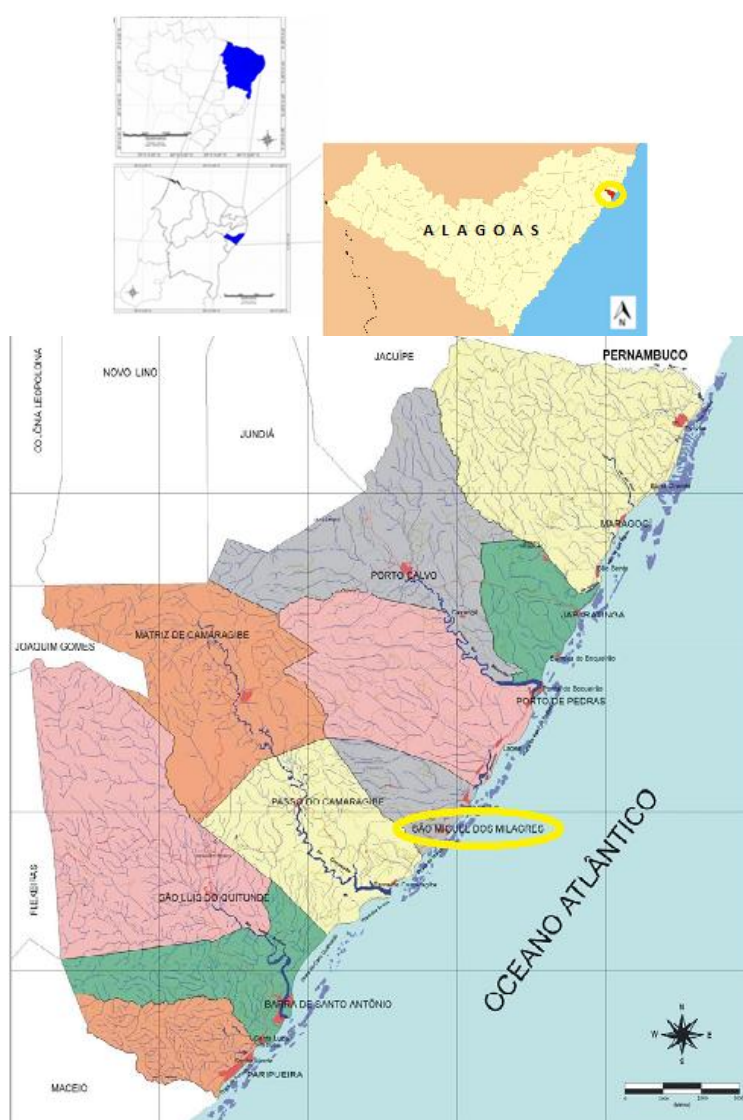


Figura 2: Localização de São Miguel dos Milagres.
Fonte: (CORREIA, 2008). Adaptado pelo autor.

São Miguel dos Milagres está a uma distância de cerca de 95 km da capital Maceió e faz parte da Microrregião alagoana do Litoral Norte, que abrange ainda os municípios de Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras e Passo do Camaragibe. (Figura 3)



Figura 3: Microrregião alagoana do Litoral Norte.
Fonte: (SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010)

O processo de colonização do território de Alagoas teve início em meados do século XVI, com bandeirantes da Capitania de Pernambuco chegando até Porto Calvo e depois a Maceió. Assim, no município de Porto Calvo, originou-se a ocupação portuguesa na região, que acarretou na formação dos atuais municípios do litoral norte alagoano. Com a colonização, desenvolveram-se no local as atividades de extração em massa do pau-brasil e da cultura canavieira. Nesse período, foram instalados os primeiros engenhos de açúcar, responsáveis por sustentarem a economia da região durante séculos, até o surgimento das usinas sucroalcooleiras em meados do século XX.

Posteriormente, invasões francesas e, sobretudo, holandesas ocorreram no local e ocuparam a área costeira até a metade do século XVII. Assim, fortificações, igrejas e demais construções erguidas por colonizadores e invasores intensificaram a ocupação da região. Os atuais municípios originaram-se também de aldeias indígenas e pequenos povoados, como comunidades de pescadores.

O município de São Miguel dos Milagres, especificamente, foi um dos palcos das batalhas regionais de portugueses e índios contra holandeses. Durante muito tempo, o lugar foi uma freguesia pertencente a Porto de Pedras, tornando-se Vila em 1864 e emancipando-se em 1960. O nome do município vem de uma história, de quando ainda era um povoado, de que um pescador local encontrou uma imagem de São Miguel Arcanjo na praia e curou-se de uma doença. Atualmente, no local ainda notam-se traços culturais da época colonial, como casarios, igrejas, ruínas e antigos engenhos. (SÃO

MIGUEL DOS MILAGRES, 2010; CORREIA & SOVIERZOSKI, 2008; BRASIL, 2011a)

O clima da área é tropical úmido, caracterizando-se por ser quente e chuvoso, com período seco no verão e temperatura média variando de 23° a 28°C. De forma geral, as precipitações são elevadas, aproximando-se de 1.800 mm anuais e sendo mais freqüentes nos meses de abril a junho. (ARAÚJO ET AL, 2006)

O patrimônio natural de São Miguel dos Milagres e de sua microrregião se caracteriza por ecossistemas costeiros formados por cordões litorâneos de recifes, estuários, manguezais, praias e restingas, além de porções remanescentes e fragmentadas de Mata Atlântica. O ambiente local é complementado por vastos coqueirais e núcleos urbanos incipientes e de baixa densidade dispersos pela planície litorânea, como é possível observar nas Figuras 4 e 5. Esta planície é estreita e limitada por tabuleiros costeiros, que consistem nos trechos mais elevados da região e abrigam a parcela rural do território, sendo ocupados por fazendas e assentamentos (SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010).



Figuras 4 e 5: Povoados em São Miguel dos Milagres, 03/2012.

Fonte: Fotos do autor.



Figura 6: Praia e Coqueiral em São Miguel dos Milagres, 2007.

Fonte: (FREIRE, 2007)



Figura 7: Foz do Rio Tatuamunha, São Miguel dos Milagres, 05/2012.
Fonte: Foto do autor.

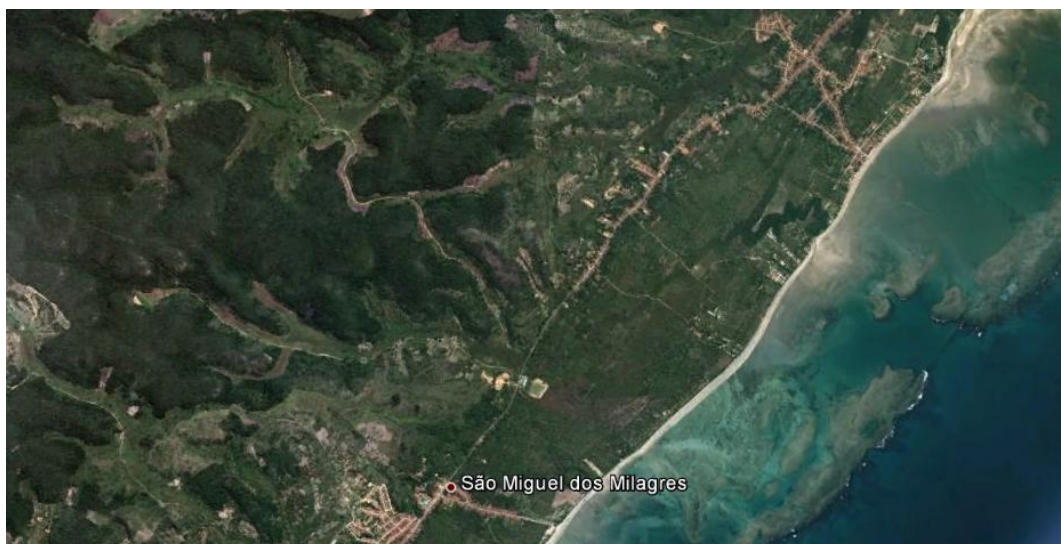


Figura 8: Imagem aérea de São Miguel dos Milagres, 2012
Fonte: Google Earth

As figuras 6 e 7 retratam paisagens naturais existentes em São Miguel dos Milagres, exemplificando elementos que compõem seu patrimônio ambiental, como praias, coqueirais, mangues e estuários. Na figura 8 é possível visualizar a organização espacial da região, com a distribuição rarefeita de áreas povoadas na planície litorânea. E nas figuras 9 e 10 apresentam-se fotografias de núcleos urbanos do município, demonstrando a urbanização incipiente que também caracteriza o ambiente local.



Figura 9: Prefeitura de São Miguel dos Milagres, 03/2012
Fonte: Foto do autor.



Figura 10: Padrão de Urbanização em São Miguel dos Milagres, 03/2012
Fonte: Fotos do autor

Para conhecer melhor e entender o perfil socioeconômico de São Miguel dos Milagres é fundamental compreender o contexto regional e nacional em que o município se enquadra. Alagoas é um dos estados economicamente mais pobres do Brasil e possui baixos índices de desenvolvimento social, apresentando em anos recentes o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre todos os estados, como mostra a Tabela 02. E esse cenário atual é diretamente influenciado pelas

contradições espaço-temporais do processo de construção nacional e pelo quadro socioeconômico historicamente desigual do país, que produziram diferentes estágios de desenvolvimento às regiões brasileiras (Tabela 03).

Tabela 02: Ranking de Estados por IDH, 2005-2007

	2005	2006	2007		2005	2006	2007
BRASIL	0,794	0,803	0,816	14. Tocantins	0,756	0,769	0,784
1. Distrito Federal	0,874	0,882	0,900	15. Rondônia	0,776	0,779	0,784
2. Santa Catarina	0,840	0,848	0,860	16. Roraima	0,750	0,784	0,782
3. São Paulo	0,833	0,842	0,857	17. Pará	0,755	0,764	0,782
4. Rio de Janeiro	0,832	0,846	0,852	18. Acre	0,751	0,763	0,780
5. Rio Grande do Sul	0,832	0,840	0,847	19. Sergipe	0,742	0,756	0,770
6. Paraná	0,820	0,827	0,846	20. Bahia	0,742	0,754	0,767
7. Mato Grosso do Sul	0,802	0,815	0,830	21. Rio Grande do Norte	0,738	0,742	0,753
8. Minas Gerais	0,800	0,813	0,825	22. Paraíba	0,718	0,729	0,752
9. Goiás	0,800	0,807	0,824	23. Ceará	0,723	0,731	0,749
10. Espírito Santo	0,802	0,808	0,821	24. Pernambuco	0,718	0,733	0,742
11. Mato Grosso	0,796	0,804	0,808	25. Piauí	0,703	0,721	0,740
12. Amapá	0,780	0,789	0,800	26. Maranhão	0,683	0,707	0,724
13. Amazonas	0,780	0,789	0,796	27. Alagoas	0,677	0,700	0,722

Fonte: BRASIL, 2009

Tabela 03: Evolução Histórica do IDH das Regiões brasileiras

Região	1970	1980	1991	2005
Região Sul	0,488	0,726	0,777	0,829
Região Sudeste	0,570	0,718	0,775	0,824
Região Centro-Oeste	0,438	0,692	0,754	0,815
Região Norte	0,391	0,572	0,617	0,764
Região Nordeste	0,306	0,460	0,517	0,720

Fonte: IPEA, 2012; BRASIL, 2009

De acordo com Almeida (2009), a desigualdade no Brasil foi condicionada pelo processo histórico de formação social e econômica do país, desde a colonização portuguesa. O ciclo do açúcar no início do período colonial gerou uma posição monopolista e centralizadora de renda nas mãos dos poucos proprietários de engenhos, formando um grupo extremamente minoritário de aristocratas nos locais de cultivo e comércio açucareiros, como as capitanias então existentes na atual região Nordeste. A riqueza era baseada em uma agricultura imediatista, fundamentada nas contínuas ocupações de terras e exploração de recursos naturais, que contribuíram inclusive para a degradação ambiental no país. Sem qualquer concorrência, os senhores de engenho não

estimulavam uma inovação técnico-produtiva e a mão-de-obra não era motivada a se qualificar. Além disso, a estrutura social da época, escravocrata e carente de famílias regulares, não favorecia o desenvolvimento educacional. (ALMEIDA, 2009)

Este quadro de acumulação de renda, terra e poder em mercados não competitivos repetiu-se no país com os ciclos do ouro e do café, no século XVIII. Somente com o incremento de atividades industriais, no fim do século XIX, houve um estímulo maior para educação da população e qualificação da mão-de-obra. E concomitantemente, o fim da escravidão e a imigração de famílias regulares provocaram alterações na sociedade brasileira, iniciando uma transformação da estrutura colonial, que ainda hoje se manifesta. Porém, esse processo ocorreu com mais força no sul e sudeste do país. No nordeste, a industrialização e as alterações socioeconômicas foram vagarosas, tornando também mais lenta a redução da concentração originada na colonização. Ainda segundo Almeida (2009), a desigualdade econômica gera desequilíbrios políticos, que, por sua vez, resultam em corrupção e enfraquecimento da democracia. Essa síntese histórica ajuda, portanto, a compreender o cenário de desigualdade inter-regional e centralização de poder existente no Brasil e torna-se fundamental para a análise local que se pretende fazer neste trabalho.

O IDH é um indicador composto pela análise conjunta do PIB *per capita*, da escolaridade e da expectativa de vida dos habitantes de uma área e seu valor pertence a uma escala de 0 a 1. Além dos índices regional e estadual já apresentados, São Miguel dos Milagres possui um IDH de 0,621, estando na 4274^a posição no ranking entre os 5570 municípios brasileiros (SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010). Assim, os indicadores da região Nordeste, do estado de Alagoas e, sobretudo, do município refletem carências de renda, educação e saúde que marcam o contexto local.

A renda média mensal per capita em São Miguel dos Milagres é de R\$ 233, enquanto a média nacional é de R\$ 668; 28,6% dos habitantes acima de 15 anos no município não sabem ler e escrever, enquanto a taxa nacional de analfabetismo é de 9%; e a esperança de vida ao nascer em Alagoas é de 67,6 anos, a menor entre todos os estados no Brasil, onde a expectativa média é de 73,1 anos (IBGE, 2010).

A população municipal é relativamente jovem, com 66% dos habitantes possuindo menos de 35 anos (Tabela 04). Logo, a geração de empregos é essencial para que sejam oferecidas novas fontes de renda à crescente população economicamente ativa.

Tabela 04: Distribuição da População por Faixa Etária – São Miguel dos Milagres, 2010

Faixa etária	% da População Total
mais de 60 anos	9,4
35 a 60	24,5
15 a 35	36,5
0 a 15	29,6

Fonte: IBGE, 2010

Historicamente, as principais atividades econômicas do Litoral Norte alagoano são a pesca artesanal e o plantio da cana-de-açúcar. A produção de coco, o cultivo de mandioca e o beneficiamento da própria mandioca em casas de farinha possuem também papel relevante na composição da economia local. A agropecuária regional, porém, acompanha a estrutura fundiária nacional e estadual, sendo caracterizada pela grande concentração de terras (BRASIL, 2011a). Na microrregião do Litoral Norte,

enquanto as propriedades com até 20 hectares representam 72% do total de propriedades, sua participação no volume de terras ocupadas representa apenas 4% do total. No entanto, as propriedades com mais de 500 hectares, que são 5% do total, ocupam 53% das terras agricultáveis. (BRASIL, 2011a, P.61)

Na atualidade, empregos na administração pública local e programas federais de transferência de recursos constituem fontes de renda essenciais da população em São Miguel dos Milagres. Em 2010, 1011 famílias no município receberam recursos do programa Bolsa-Família e juntas totalizaram R\$ 855.959 repassados pelo Governo Federal. (SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010; BRASIL, 2011a).

O turismo apresenta um crescimento recente nessa região, notadamente desde o início do século XXI, e atualmente representa uma atividade econômica fundamental no município. Com a necessidade de movimentar toda uma cadeia produtiva com sua realização, o turismo constitui um campo potencialmente eficaz para dinamizar a economia local. Porém, é necessário conhecer o processo de desenvolvimento turístico em São Miguel dos Milagres, para analisar como a atividade interfere na organização econômica, social e espacial da área estudada.

3.2. Caracterização do Turismo em São Miguel dos Milagres

As características ambientais previamente descritas sobre o Litoral Norte alagoano configuram uma paisagem comum e simbólica da região, consistindo em

principais fatores de atratividade turística de seus municípios. Os atrativos regionais mais famosos e frequentados são as piscinas naturais de águas cristalinas, formadas pelos recifes de corais abundantes na região. Aspectos culturais, como gastronomia e artesanato típicos, complementam essa atratividade. A microrregião do Litoral Norte constitui o segundo pólo de atração de fluxos turísticos do estado de Alagoas, atrás apenas da região metropolitana de Maceió. O município de Maragogi é a maior e principal cidade e o destino turístico mais consolidado da região, possuindo a rede mais estruturada de bens e serviços para o turismo.

O principal eixo viário local é a rodovia estadual AL-101, que corta os municípios do Litoral Norte e os liga a Maceió. No extremo norte do estado, ela se conecta à rodovia estadual PE-060, que segue para Recife pelo litoral sul de Pernambuco, também uma região de grandes fluxos turísticos (Figura 11). Portanto, ela constitui a ligação para os grandes centros regionais e principais portas de entrada para turistas, que são as capitais Maceió e Recife e seus aeroportos. E apresenta detalhes que influenciam a dinâmica espacial de São Miguel dos Milagres, incluindo aí o próprio desenvolvimento do turismo.



Figura 11: Zona costeira entre Maceió e Recife
Fonte: SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010

A estrada AL-101 apresenta descontinuidade em dois trechos na região. Pelo acesso sul, é necessário atravessar um trecho não-pavimentado e fazer uma travessia por balsa entre Barra de Santo Antônio e o povoado de Barra de Camaragibe, pertencente ao município de Passo de Camaragibe. Há também a opção de não pegar a balsa, desviar momentaneamente da rodovia para o interior e voltar ao litoral após o município de São Luiz do Quitunde, porém essa estrada não apresenta boas condições de tráfego. Já pelo acesso norte é preciso atravessar, também por balsa, o rio Manguaba, entre Porto de Pedras e Japaratinga.

Grande parte do fluxo turístico que chega ao Litoral Norte, vindo de Maceió, trafega pelas rodovias AL-105 e AL-465, que apresentam melhores condições e possibilitam um acesso direto a Maragogi, o principal núcleo receptor de turistas da

região. Além disso, a circulação regional e estadual de veículos pesados para transporte de mercadorias ocorre também por estas vias internas, que passam pelos municípios de São Luiz do Quitunde e Porto Calvo e pelos canaviais da região. (SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010)

Dessa forma, o trecho isolado da AL-101, que abrange Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe, possui acesso limitado e não apresenta grande movimentação, observando-se apenas um fluxo de caráter local e microrregional entre os pequenos núcleos urbanos que se desenvolvem ao longo da via (Figuras 12 e 13). Na Figura 14 é possível visualizar a conformação do sistema viário regional e a distribuição das ocupações urbanas pela região.



Figura 12: Ocupação ao longo da rodovia AL-101 em São Miguel dos Milagres, 2012
Fonte: Foto do autor, 2012.



Figura 13: Trecho da rodovia AL-101 em São Miguel dos Milagres, 2012
 Fonte: Foto do autor, 2012

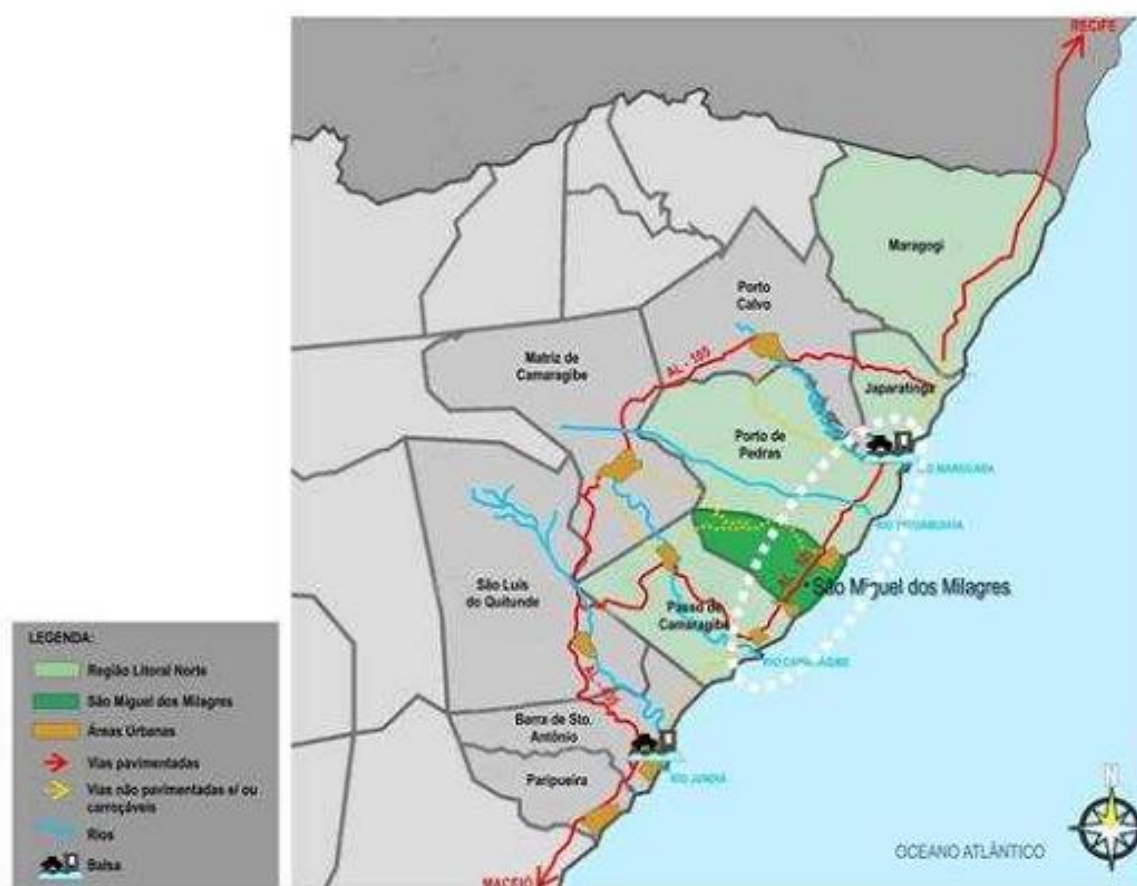


Figura 14: Sistema viário do Litoral Norte Alagoano
 Fonte: SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010

Esse aspecto da acessibilidade a São Miguel dos Milagres contribui para o estágio embrionário de urbanização e o estado de relativa conservação do patrimônio natural do local. E, associado às características ambientais, influenciam diretamente o turismo que se desenvolve na área. Em função do caráter restrito de acesso ao município

e da existência de praias e piscinas naturais semi-desertas cercadas por coqueirais e pequenos povoados, o turismo local se promove, sobretudo, em conceitos como exclusividade, tranquilidade, isolamento, privacidade e bucolismo. Baseado nisso, o trecho isolado da rodovia AL-101 é conhecido como Rota Ecológica e as atividades turísticas que ali se desenvolvem apresentam atualmente fluxos e estruturas relativamente pequenos se comparados ao turismo massificado observado em Maragogi e, pouco mais ao norte, em Porto de Galinhas-PE.

A chamada Rota Ecológica ingressou no roteiro turístico nacional no início da década de 2000. O marco inicial desse processo foi a divulgação do local em revistas de turismo, enaltecendo suas características ambientais e as primeiras hospedagens ali instaladas (FREIRE, 2007). Desde então, o chamado *turismo de charme* tornou-se um padrão no local e transformou a região e suas principais pousadas em referência desse segmento da atividade turística.

O turismo de charme é baseado em hospedagens com poucas acomodações, localizadas em ambientes natural ou culturalmente privilegiados, que oferecem instalações e serviços sofisticados e personalizados aos hóspedes (ROTEIROS, 2012). Esses hotéis e pousadas caracterizam-se pelo conforto e pela individualidade no atendimento. Além disso, promovem-se como compromissados com a sustentabilidade local e seguidores de princípios social e ambientalmente responsáveis. E pelo nível de qualidade oferecido, possuem um caráter elitista e destinam-se a turistas que podem pagar os altos preços cobrados. Logo, o padrão das pousadas de charme e dos turistas que as frequentam contrastam com as características socioeconômicas do município de São Miguel dos Milagres e da região da Rota Ecológica.

Em 1999, foi criada uma associação entre algumas dessas pousadas localizadas na região, com o intuito de organizar e melhorar as condições do turismo no local. Com o nome de Associação Amigos da Rota Ecológica de Alagoas - AREAL, o projeto reúne atualmente 11 estabelecimentos incluídos no conceito de pousadas de charme. São Miguel dos Milagres é o município onde se originou o grupo e que possui mais integrantes da associação – sete. De acordo com Corinne Vard, uma das fundadoras e presidente da associação, a idéia central na criação da AREAL era evitar que o turismo se desenvolvesse “de qualquer jeito”. Com isso, os proprietários das pousadas estimulam princípios de sustentabilidade, como valorização e conservação do patrimônio ambiental e cultural da região e a utilização prioritária de mão-de-obra local.

Segundo Corinne, as pousadas da AREAL empregam ou já empregaram de 200 a 300 moradores da comunidade, de maneira direta e indireta; consomem alimentos produzidos na região, como frutas e doces; utilizam e expõem objetos fabricados por artesãos locais; e contribuem financeiramente para a limpeza das praias. Foram identificadas ainda ações pontuais, como coleta seletiva de lixo e cultivo de hortas orgânicas nas dependências de algumas pousadas.

Alguns proprietários das pousadas participam, como pessoas físicas, do conselho fiscal e administrativo de uma ONG no município, o Instituto Yandê. Esta organização originou-se de um projeto social da Pousada do Toque, a mais famosa das pousadas da região. Com o nome de Toque de Taipa, o projeto tinha o objetivo de promover oficinas culturais e cursos para a comunidade, dentro das instalações da pousada. O projeto inicial descentralizou-se e foi substituído em 2012 pela atual organização, que ainda não passou por nenhum edital de fomento e mantém-se com doações de empresários locais e turistas.

As pousadas associadas são de pequeno porte, compostas essencialmente por chalés e bangalôs dispersos em seus terrenos, sendo que a maior delas possui 17 unidades habitacionais. Todas elas se situam a leste da rodovia AL-101, próximas à praia e praticamente entre os coqueirais. Na Figura 16 é possível visualizar essa localização das pousadas; cada círculo amarelo na imagem abrange o terreno de uma pousada. A AREAL defende a preservação das características paisagísticas locais, através da ocupação ordenada da região costeira, e, de fato, a maioria das pousadas associadas não são visualmente impactantes. (Figura 15)



Figura 15: Visão externa e padrão construtivo de pousadas de charme na Rota Ecológica.
Fonte: (FREIRE, 2007)



Figura 16: Localização de algumas pousadas de charme em São Miguel dos Milagres, 2012.
Fonte: Google Earth

Outra característica essencial das pousadas de charme na região é o público a que elas se destinam. A sofisticação e qualidade de seus serviços colocam algumas dessas pousadas entre as melhores do Brasil, segundo publicações especializadas.¹³ E a consequência desse reconhecido padrão são os altos valores de suas diárias, que variam de R\$ 400 a R\$ 1000.

Por fim, diferenciam-se completamente dos padrões do turismo de massa e prezam pela exclusividade no atendimento aos hóspedes. A maioria dos estabelecimentos associados, inclusive, oferece apenas quartos duplos ou triplos, restringindo grandes grupos de pessoas e até proibindo crianças.

Representando uma característica fundamental do turismo desenvolvido atualmente em São Miguel dos Milagres, as pousadas de charme contrastam, portanto, com o contexto geral observado em grande parte do litoral nordestino. Um dos principais problemas da realidade macro-regional é a apropriação de territórios litorâneos por grandes empreendimentos turísticos provenientes de capital estrangeiro¹⁴ e a maximização dos impactos negativos relacionados ao turismo (CRUZ, 2002; CRUZ, 2003; LIMONAD, 2007). E em São Miguel, apesar da maioria das pousadas serem

¹³ Algumas pousadas da Rota Ecológica figuram em diferentes rankings de melhores hotéis do Brasil, como os feitos pela Revista Quatro Rodas e pela Revista Viagem & Turismo (ABRIL, 2012).

¹⁴ O termo *estrangeiro* é aqui utilizado como o que não é autóctone ou próprio do local. Não se refere somente, portanto, a algo ou alguém que é proveniente de outro país.

propriedades de estrangeiros, essas particularidades previamente descritas constituem um padrão de desenvolvimento turístico distinto do que é verificado na construção de resorts, complexos turísticos e de veraneio e na reprodução de demais atividades de grandes fluxos de turistas.

No próximo segmento do trabalho será realizada uma breve análise da conjuntura do turismo no Brasil e na região Nordeste, para que seja possível compreender melhor possíveis implicações e eventuais diferenças existentes no município estudado.

3.3. Panorama do Turismo no Brasil: Paralelos com São Miguel dos Milagres

Apesar de possuir um vasto território e uma grande diversidade ambiental, marcados pela multiculturalidade e pelo rico patrimônio natural, o Brasil apresenta uma incipiente participação no turismo mundial. Entre 2005 e 2010, o país recebeu cerca de 5 milhões de turistas estrangeiros por ano, representando de 0,5 a 0,7 % do número total de viagens internacionais no mundo e fazendo com que sua posição no ranking mundial de países receptores oscile entre o 30º e 40º lugares (OMT, 2012).

Entretanto, considerando o período entre 1995 e 2006, o turismo internacional no Brasil cresceu relativamente mais do que a taxa média mundial – 150% contra 56%. E apesar da recente estabilização de seus números absolutos, a expectativa é que as chegadas no Brasil aumentem consideravelmente nos próximos anos - devido, sobretudo, à ampliação do número de eventos internacionais ocorridos no país, entre eles a Copa do Mundo-2014 e os Jogos Olímpicos-2016 –, superando 7 milhões de turistas anuais já em 2014 (BRASIL, 2011b).

Além disso, o crescimento econômico nacional e o aumento do poder de consumo da população dinamizaram o mercado turístico brasileiro nos últimos anos. O número anual de viagens domésticas não rotineiras passou de 139 milhões em 2005 para 175 milhões em 2009. E a expectativa do melhor cenário para a atividade é de que em 2014 sejam realizadas 243 milhões de viagens turísticas internas no país (BRASIL, 2011b).

Além de acompanhar a desconcentração do mercado mundial, o desempenho do turismo no Brasil reflete a intensificação do incentivo ao desenvolvimento da atividade por meio de políticas públicas a partir da década de 1990. E, segundo Beni (2006),

nessas recentes políticas setoriais para o turismo no Brasil tem sido promovida a descentralização no planejamento e execução da atividade, com a participação de todas as esferas de governo, da iniciativa privada, da academia e da sociedade na gestão turística.

A criação do Ministério do Turismo – MTur, em 2003, estabeleceu mecanismos e orçamentos próprios e específicos para o setor no país e sob essa estrutura foi elaborada a Política Nacional de Turismo, cujo principal instrumento de execução é o Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil”. Este programa busca a articulação de organismos e instâncias nacionais e regionais, promovendo a cooperação entre órgãos de administração federal, estadual e municipal e induzindo à interação de atividades econômicas relacionadas ao turismo em determinada região. Assim, propõe a superação de estratégias de competição entre localidades ao incentivar a construção de laços de solidariedade e de associativismo, constituindo uma iniciativa de fomento ao desenvolvimento local (BRASIL, 2007b).

Um importante alicerce para a abordagem do turismo em escala regional foi a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, entre 1993 e 2002. Influenciado por diretrizes da OMT para o desenvolvimento do turismo de base local, o PNMT foi criado com o objetivo principal de melhorar e diversificar a oferta turística nacional, através da conscientização de atores sociais municipais sobre a dimensão do turismo, aproximando o planejamento e a gestão da atividade das comunidades que possam dela se beneficiar.

A aplicação do PNMT confirmou a importância da participação comunitária e contribuiu para a estruturação de novos destinos turísticos no país, mas limitava-se pela pontualidade da escala municipal. Já o Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil” mantém a característica de descentralização, mas aprimora a gestão compartilhada do turismo ao integrar municípios que compõem determinado território com uma complexidade e complementaridade de elementos em comum (BRASIL, 2007b).

Um dos instrumentos utilizados pelo MTur nesse Programa foi o estabelecimento, em 2007, de 65 municípios como *destinos indutores* do turismo nacional, considerando a capacidade destas localidades promoverem o desenvolvimento regional através da atividade turística. Por meio de investimentos técnicos e financeiros prioritários, a ação ministerial junto aos destinos indutores procura aprimorar a governança regional, realizando ações de capacitação e fortalecimento de lideranças

locais e fomentando a inter-relação com as respectivas Regiões Turísticas. De acordo com o MTur (BRASIL, 2007b), o foco nos destinos indutores busca acelerar o processo de desenvolvimento do turismo, promovendo um efeito indutor regional e potencializando a permanente qualificação dos destinos turísticos brasileiros.

Em função da escolha de Maragogi como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, o Litoral Norte de Alagoas é considerado um dos pólos priorizados pelo Ministério do Turismo para atuação do Programa de Regionalização, o que fortalece o potencial de planejamento e gestão em escalas regionais para o turismo nessa área e motiva a expectativa de crescimento da atividade em São Miguel dos Milagres e região nos próximos anos.

Contudo, Beni (2006) explana que, na prática, o discurso de regionalização do turismo no país promove com frequência “cenários de roteirização regionalizada em vez de regionalização sustentável do turismo” (p.32). De acordo com o autor, a simples criação de roteiros regionais pode favorecer o marketing de destinos e ampliar os fluxos turísticos, mas não evita práticas predatórias nem consolida o turismo como instrumento de efetivo desenvolvimento. Para ele, a superação do equívoco conceitual provocado na aplicação prática do Programa de Regionalização do Turismo e a conseqüente concretização da sustentabilidade exigem

planos diretores que definam cenários de articulação da produção, identificação e integração dos atores sociais e agentes institucionais, gestão compartilhada e participação mútua em custos; que compreendam corretamente os impactos turísticos e a distribuição justa de custos e benefícios (...); que contemplem devidamente a estimulação de negócios lucrativos, (...) a redistribuição de renda (...) – contribuindo para um maior equilíbrio intra-regional – e, finalmente, que abranjam a coesão social e política (BENI, 2006, p.33).

Ao apenas promover roteiros regionais, o desenvolvimento do turismo no Brasil perpetua a lógica de criação de pólos e corredores turísticos, somente diversificando a oferta. Com isso, são mantidos o caráter economicista e as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento predominante. Historicamente, as políticas nacionais de estímulo ao turismo associam desenvolvimento a crescimento econômico, enfatizando a atividade como vetor de progresso e riqueza. E o maior alvo da construção de políticas públicas para o fomento do turismo no Brasil é a região Nordeste, justamente sob o argumento de que o crescimento do turismo pode dinamizar a economia regional e reduzir as desigualdades ali existentes.

As principais políticas direcionadas para o turismo no Nordeste possuem o objetivo central de criar infraestruturas para atender a demanda turística e concentram-se na zona costeira. E esse modelo de desenvolvimento produz uma série de impactos sociais e ambientais negativos, a partir da intensa apropriação de territórios litorâneos pelo turismo. A construção de rodovias turísticas, complexos hoteleiros, resorts e condomínios de segunda residência em diversos trechos do litoral nordestino está inserida em uma lógica de desenvolvimento que promove quadros de exclusão social e degradação ambiental, atendendo apenas aos interesses do Estado e do mercado nacional e internacional. (CRUZ, 2002; LIMONAD, 2007)

Entre os impactos negativos desse modelo de desenvolvimento turístico observado no Nordeste, destacam-se a extinção de atividades econômicas tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura local; a privatização de praias e demais áreas públicas por hotéis, condomínios e estruturas de lazer ¹⁵; especulação imobiliária; descaracterização da paisagem; parcelamento e uso inadequados do solo; expansão irregular de aglomerados urbanos sem infraestruturas adequadas; e desequilíbrio de ecossistemas.

Limonad (2007) aponta ainda que a urbanização estimulada pelo turismo em alguns pontos do litoral nordestino amplia diferenças entre determinadas regiões costeiras. Em algumas áreas apropriadas pelo turismo internacional e nacional de alta renda, criam-se oportunidades de emprego e instalam-se equipamentos de abastecimento, saneamento, comunicação e transportes. Enquanto isso, alguns povoados convivem com a ausência de bens e serviços e sofrem com a migração de populações deslocadas dos núcleos valorizados pelo turismo. Para a autora,

os problemas que ora se impõem ultrapassam a escala local-municipal, e somente poderão ser superados mediante ações articuladas entre os diversos municípios de modo a desenvolver uma base comum de gestão ambiental em escala regional, com uma efetiva participação dos distintos atores e agentes envolvidos. (LIMONAD, 2007, p.85)

A partir desse retrato construído, reafirma-se a importância da valorização da escala local e regional em processos de planejamento e gestão para o alcance da sustentabilidade e do efetivo desenvolvimento. Assim, identificam-se em São Miguel dos Milagres e na microrregião do Litoral Norte alagoano elementos que constituem

¹⁵ O isolamento de áreas públicas pode ocorrer de maneira concreta, por muros e cercas; ou de maneira sutil, por barreiras imaginárias impostas por condição ou comportamento social hegemônicos em determinada área (CRUZ, 2003).

possíveis meios de superação de impactos negativos potencializados pelo previsto crescimento da atividade turística na área e relacionados aos problemas apresentados pelo modelo predominante de desenvolvimento do turismo no Nordeste.

Na esfera da gestão ambiental e territorial compartilhada, o município é parte integrante da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. E em relação à articulação econômica regional, o Litoral Norte alagoano possui um Arranjo Produtivo Local para o turismo, que promove a integração e a competitividade entre componentes do mercado turístico da região. A seguir, serão feitas descrições mais profundas dessas duas estruturas regionais, para possibilitar uma maior compreensão de suas relações com o turismo no município e de seus efeitos para o local.

3.3.1 Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais

Como já mencionado, o município de São Miguel dos Milagres está localizado em uma região com rico patrimônio ambiental, que se destaca pela beleza cênica e relevância ecológica de seus componentes naturais. Entre esses elementos, os cordões litorâneos de recifes consistem em símbolos do Litoral Norte de Alagoas, que se encontra em uma zona costeira com grande concentração desses ecossistemas, sendo conhecida como Costa dos Corais. A região é um grande berçário de vida marinha, com mais de 185 espécies de peixes registradas e a presença de animais ameaçados de extinção como o mero, tartarugas marinhas e, sobretudo, o peixe-boi marinho.

Com o objetivo de proteger e conservar esse patrimônio natural, em 1997 foi criada, através de decreto federal, uma Área de Proteção Ambiental na região. Sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a APA Costa dos Corais abrange 135 km do litoral, entre os rios Formoso (Tamandaré - PE) e Meirim (Maceió - AL), contemplando recifes de corais, praias e manguezais. É a maior unidade de conservação marinha do Brasil, possuindo uma área de 413.563 hectares, e se estende pelo litoral de nove municípios do Estado de Alagoas (Maceió, Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luiz do Quitunde, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi) e quatro de Pernambuco (São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso). (Figura 17)



Figura 17: Localização da microrregião do Litoral Norte dentro dos limites da APA Costa dos Corais
 Fonte: SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010

Áreas de Proteção Ambiental correspondem a uma das categorias de áreas protegidas legalmente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação e são constituídas de terras públicas e privadas, extensas e com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população local. Seus objetivos básicos são: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. As APAs pertencem ao conjunto de Unidades de Uso Sustentável, que são áreas destinadas a compatibilizar a conservação da natureza com a utilização de parte de seus recursos, sendo permitida, portanto, a exploração do ambiente, desde que se garanta a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos e a manutenção da biodiversidade. (PAZ & FARIAS, 2008)

Segundo Diegues (2000) a criação de áreas protegidas, ainda que se pese a conservação promovida ao meio natural, gera conflitos ambientais de caráter político, social e econômico ao estabelecer limites às práticas que se desenvolvem no local. No caso de uma APA, não se verifica a situação extrema de expulsão de populações de seu interior; mas pode ser observado o enfraquecimento de comunidades tradicionais e seus valores, principalmente pela desestabilização de suas atividades. Pode ocorrer ainda a substituição das formas de apropriação do meio ambiente, através da introdução de novos grupos sociais, com novas atividades, que possuem melhores condições de se adaptar aos limites impostos pela legislação.

Nesse sentido, o turismo e a especulação imobiliária, ainda que freados pela regulamentação da área protegida, atuam como fatores de intensificação de conflitos, ao promoverem novas formas de uso do solo, normalmente praticadas por atores política e economicamente privilegiados. A partir disso, há uma potencial exploração excessiva e inadequada do meio ambiente, marcada pela desigualdade de condições de os diferentes grupos sociais satisfazerem seus interesses e necessidades. Assim, é necessária a participação da população local no estabelecimento e na gestão das áreas protegidas, para que as normas que promovem a conservação ambiental não prejudiquem as atividades de subsistência existentes nem favoreçam determinados indivíduos.

Como a APA Costa dos Corais é essencialmente marinha e estuarina e suas faixas de terra se limitam a pequenas extensões de praias, restingas e manguezais (Figura 18), o principal conflito relacionado ao turismo na área atualmente é causado pela intensificação de atividades turísticas que ocorrem nas praias e piscinas naturais, apropriando o mesmo espaço utilizado pelas comunidades de pescadores da região (Figura 19) e aumentando os impactos ao sensível ecossistema dos recifes de corais.



Figura 18: Delimitação da APA Costa dos Corais

Fonte: ICMBio, 2012



Figura 19: Jangadas de Pesca(à frente) e de Passeio(ao fundo), em praia de São Miguel dos Milagres.

Fonte: Foto do autor, 2012

. Além disso, desde a década de 1990, existe nos limites da APA o Projeto Peixe-Boi, gerido pelo ICMBio. O programa desenvolve trabalhos de pesquisa, reintrodução e monitoramento da espécie na área, com o intuito de preservá-la (Figuras 20 e 21). A partir disso, determinou-se que áreas estuarinas e marinhas entre Japaratinga e São Miguel dos Milagres são destinadas à conservação do peixe-boi. O projeto então se tornou uma atração turística nos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, promovendo visitas no rio Tatuamunha guiadas por condutores credenciados, em uma atividade de caráter essencialmente comunitário. Apesar de originar conflitos entre atividades turísticas, populações tradicionais e ações de preservação, os limites legais à circulação de barcos pela região inibem a massificação do turismo e favorecem uma atuação ambientalmente responsável da comunidade local.



Figuras 20 e 21: Área de Reintrodução do Peixe-Boi marinho, no rio Tatuamunha.

Fotos do autor, 2012

Os objetivos da APA Costa dos Corais, segundo seu decreto de criação, são:

- I. garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora;
- II. manter a integridade do habitat e preservar a população do Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*);
- III. proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora;
- IV. ordenar o turismo ecológico, científico e cultural e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;
- V. incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional.

Apesar de ter sido criada em 1997, somente em 2011 foi constituído pelo ICMBio um conselho consultivo para a gestão da APA Costa dos Corais. Este conselho é formado por órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil de todos os municípios da região. Os representantes de São Miguel dos Milagres no conselho são a Prefeitura Municipal e a AREAL, o que aponta para uma exclusividade da esfera política e empresarial nessa participação em detrimento de um efetivo envolvimento de demais setores da comunidade local.

Desde 2011, a APA Costa dos Corais é apoiada pela Fundação Toyota do Brasil, um programa de Responsabilidade Socioambiental da montadora de automóveis Toyota. O apoio à Unidade de Conservação ocorre por meio de investimentos, que são geridos pelo próprio ICMBio. Os recursos investidos são destinados ao manejo das atividades de gestão da APA, promovendo ações como aquisição de equipamentos, estudos científicos e campanhas de educação ambiental. (TOYOTA, 2012)

Com a constituição do conselho consultivo e o aporte de investimentos privados, foi iniciada a elaboração do Plano de Manejo para a área. Um importante aspecto desse processo foi a realização de consultas públicas nos municípios integrantes da APA, ampliando a descentralização promovida pelo conselho e viabilizando a participação comunitária no planejamento e gestão da região. Por fim, o Plano de Manejo foi aprovado e implantado em janeiro de 2013, estabelecendo normas para o zoneamento da área (Figura 22), para uso do solo e para o manejo dos recursos ambientais, inclusive para ações relacionadas ao turismo no local. Para São Miguel dos Milagres está prevista

até 2014 a determinação do zoneamento definitivo a partir de processo participativo com a comunidade local.



Figura 22: Proposta de Zoneamento da APA Costa dos Corais, presente no Plano de Manejo da unidade.
Fonte: ICMBio, 2012

Assim, ainda que apenas uma parcela do território da região esteja nos limites da APA, considera-se que a existência da unidade de conservação é um ponto fundamental para a gestão ambiental em escala regional proposta por Beni (2006) e Limonad (2007), estimulando ações articuladas e democráticas entre os municípios da APA.

3.3.2 Arranjo Produtivo Local Costa Dos Corais

Com o intuito de incentivar o crescimento econômico e o desenvolvimento do estado, o Governo de Alagoas induziu, a partir de 2004, a formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Segundo Beni (2006), APL é uma organização de unidades produtivas concentradas em uma pequena escala espacial, que aproveitam as vantagens e oportunidades existentes no território e promovem interação, cooperação, aprendizagem, inovação, capacitação e competitividade entre os integrantes.

O programa de construção de Arranjos Produtivos Locais em Alagoas foi estabelecido por uma parceria do Governo estadual, por meio da Secretaria de Planejamento e Orçamento, com o SEBRAE-AL e instituições públicas e privadas. Através de estratégias de mobilização de ações coletivas e integradoras direcionadas para a promoção do desenvolvimento dos micro e pequenos negócios, gerando emprego e renda, os principais objetivos dos APLs no estado são: promover a competitividade e a sustentabilidade dos micros e pequenos negócios; aumentar a interação e a cooperação entre produtores e empreendedores; aumentar a atração de capitais; aumento do dinamismo empresarial; reduzir custos e riscos empresariais; promover inovações tecnológicas; maior agilidade e flexibilidade da mão-de-obra; melhorar a qualidade de vida no Estado.

O turismo, de grande representatividade para a economia em Alagoas, consiste em um dos eixos desse programa estadual. Foram criados dois arranjos para o setor turístico, um para o litoral sul e outro para o litoral norte do estado. Na porção norte do litoral, foi formado o Arranjo Produtivo Local de Turismo Costa dos Corais, composto pelos cinco municípios da microrregião do Litoral Norte somados a Barra de Santo Antonio, Paripueira e Porto Calvo. (Figura 23)

O APL de Turismo Costa dos Corais iniciou-se em abril de 2004, com o objetivo de transformar a referida região em um destino turístico consolidado e sustentável. Reunindo micro e pequenos empresários e empreendedores, formais e informais, da região, concentra sua atuação nos seguintes pontos:

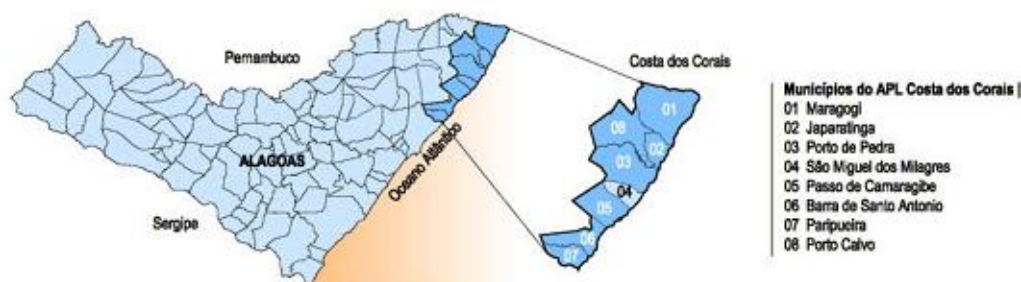


Figura 23: Municípios da APL Costa dos Corais
 Fonte: Prefeitura de São Miguel dos Milagres, 2010

- Expansão e melhoria da estrutura turística (sistema viário, hospedagem, alimentação, comunicação, serviços públicos, etc.);
- Formação profissional;
- Preservação dos meios naturais;
- Sensibilização da comunidade para a importância do turismo;
- Estratégias de marketing

A coordenação do APL ocorre através de um Grupo Gestor formado por empresários e empreendedores participantes. São listadas abaixo as principais ações desenvolvidas pelo programa desde sua implantação (SEPLANDE, 2012):

- Apoio as associações de artesãos da Região com capacitações e divulgação e comercialização dos produtos em estabelecimentos e em Feiras regionais e nacionais;
- Capacitação de Empresários;
- Apoio a estudos de capacidade de carga em atrativos da região
- Realização de cursos de formação e atualização para mão-de-obra de bares, restaurantes e meio de hospedagem
- Realização de eventos, como o Festival do Camarão, em Paripueira e Barra de Santo Antônio
- Aumento da divulgação e comercialização da Região, em nível nacional;
- Elaboração do Projeto de Sinalização Turística da Região;
- Articulação de ações de captação de recursos e projetos junto ao Governo Federal e seus Ministérios;
- Criação do site da região – www.costadoscorais.com;
- Acompanhamento e Apoio na elaboração do Plano Diretor de São Miguel dos Milagres;

- Apoio no Diagnóstico e Proposta de Uso Sustentável das Áreas Recifais e Estuarinas na Barra de Camaragibe;
- Curso Técnico de Guia Regional em Maragogi.

Desde a implantação do APL na região aumentaram as taxas médias de ocupação nos meios de hospedagem; o número de funcionários contratados por meios de hospedagens, bares e restaurante; e a renda média dos artesãos locais (SANTA RITA et al, 2007).

A iniciativa do APL Costa dos Corais estimulou o desenvolvimento da cultura da cooperação, com a criação de associações e cooperativas, o fomento de novos negócios através da capacidade empreendedora dos empresários, além da melhoria da qualidade de pousadas e da valorização da identidade cultural local. Com isso, o litoral norte alagoano é considerado hoje uma referência de Associativismo em destinos turísticos do país, transformando o APL Costa dos Corais em um modelo nacional (SANTA RITA et al, 2007).

É possível observar, portanto, que o APL Costa dos Corais apresenta características positivas que o diferenciam do modelo de desenvolvimento do turismo imposto por políticas públicas verticais e consiste em uma importante ferramenta para os objetivos do Programa “Roteiros do Brasil” e para a “regionalização sustentável” proposta por Beni (2006). Através da cooperação e competitividade regional podem ser criadas oportunidades para a economia local, com o fortalecimento da interação entre os atores sociais e valorização das necessidades e potencialidades locais. Porém, é necessário considerar o alcance dessa interação e a desigualdade no acesso à participação no programa. Através de conversas informais com proprietários de pequenos estabelecimentos em São Miguel dos Milagres, verificou-se que o APL ainda não possui uma grande abrangência no município, inclusive sendo desconhecido por alguns micro-empresários.

4. IMPACTOS E CONFLITOS DO TURISMO EM SÃO MIGUEL DOS MILAGRES: OBSTÁCULOS E CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Aprofundando a análise do desenvolvimento do turismo em São Miguel dos Milagres, são apresentados neste capítulo demais fatos de caráter social, econômico, político e ambiental registrados durante a expansão da atividade no município, desde o ano 2000. Com isso, pretendem-se identificar eventuais efeitos negativos e positivos relacionados com a atividade turística. Com o objetivo de fazer uma abordagem qualitativa de aspectos, impactos e conflitos da atividade turística de São Miguel dos Milagres, identificaram-se assim grupos sociais que se relacionam de alguma forma com o turismo na região e foram realizadas entrevistas abertas e semi-estruturadas com representantes desses grupos.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa pouco com a generalização dos fatos e busca uma compreensão mais abrangente do objeto de estudo, analisando dados não-mensuráveis, como sentimentos, percepções, comportamentos, intenções e significados de um determinado grupo de indivíduos em relação a um fenômeno específico. Há a necessidade, portanto, de observar o objeto de estudo em diversas óticas possíveis e, com isso, envolver a totalidade do problema investigado, promovendo a representatividade de suas múltiplas dimensões.

Este estudo se destinou então a compreender diferentes visões e aumentar o conhecimento sobre o tema. Para complementar as informações e opiniões obtidas com os atores sociais locais, foram analisados dados secundários provenientes de publicações, reportagens e órgãos governamentais e se observaram e registraram aspectos do turismo na área estudada.

Tendo em vista o futuro repasse deste trabalho à comunidade, com o objetivo de contribuir para o planejamento e gestão do turismo no município, adotou-se a omissão dos nomes dos sujeitos entrevistados, para evitar possíveis conflitos. A exceção consiste na pessoa que responde oficialmente por uma instituição. Dito isso, as entrevistas foram realizadas então com os seguintes atores:

1. Indivíduo A – Proprietário de pousada não-associada à AREAL; nativo
2. Indivíduo B – Pescador e Jangadeiro; nativo
3. Indivíduo C – Funcionário de Restaurante; nativo
4. Indivíduo D – Proprietário de Restaurante; nativo

5. Indivíduo E – Proprietário de Restaurante; estrangeiro
6. Indivíduo F – Pescador, Jangadeiro, Ex-agricultor; nativo
7. Indivíduo G – Funcionário da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente; nativo
8. Indivíduo H – Morador Local, Funcionário da Prefeitura; nativo
9. Indivíduo I – Representante da ONG Instituto Yandê
10. Indivíduo J - Corinne Vard, Proprietária de pousada de charme; Fundadora e presidente da Associação de Pousadas da Rota Ecológica. (AREAL); estrangeira

Inicialmente, constata-se que a expansão do turismo em São Miguel dos Milagres consolidou o setor de serviços como principal componente da economia local. Esse setor passou de uma participação de 64,1% no PIB municipal em 2004, para 68,3% em 2012. Na última década houve ainda um importante crescimento econômico no município, que apresentou um aumento do PIB total de R\$ 15,4 milhões em 2004 para R\$ 33 milhões em 2010. (Tabela 05)

Tabela 05: Evolução do PIB municipal e participação por setor econômico – São Miguel dos Milagres, 2004 - 2010

	2004	2006	2008	2010
PIB total (mil R\$)	15.493(100%)	21.480(100%)	26.367(100%)	33.041(100%)
Agropecuária (mil R\$)	4.082 (26,3%)	4.937 (23%)	5.824 (22,1%)	7.378 (22,3%)
Indústria (mil R\$)	1.039 (6,7%)	2.116 (9,8%)	1.588 (6,1%)	2.410 (7,3%)
Serviços (mil R\$)	9.925 (64,1%)	13.573(63,2%)	18.232 (69,1%)	22.569(68,3%)
Impostos sobre Produtos (mil R\$)	446 (2,9%)	855 (4%)	724 (2,7 %)	683 (2,1%)

Fonte: IBGE, 2010

Além da expansão do turismo, o aumento da oferta de empregos na Prefeitura Municipal e a ampliação dos programas federais de transferência de renda possuem participação importante na estrutura econômica de São Miguel. E, segundo alguns entrevistados, paralelamente há o enfraquecimento de atividades tradicionais como a agricultura e a pesca artesanal.

De acordo com o Indivíduo F, a agricultura se atenuou no município porque os fazendeiros, interessados na pecuária e na cana-de-açúcar, reduziram a utilização de terras que eram concedidas para a população rural cultivar plantações. Esse fato gerou principalmente a queda da produção de mandioca e farinha e aumentou o número de pessoas que trabalham sazonalmente nas plantações de cana.

Em relação à pesca, a produtividade atual de peixes e mariscos do município não é suficiente pra suprir a demanda de bares, pousadas e restaurantes. Segundo o Indivíduo C, os peixes servidos no seu local de trabalho são comprados principalmente em Recife e Maceió. O principal motivo apresentado por entrevistados para a baixa produção foi o desinteresse de pescadores. Para os Indivíduos C e E, o programa Bolsa-Família e o Seguro-Defeso produzem um comodismo nos pescadores. Porém, o Indivíduo F, um pescador, afirma que o surgimento de postos de trabalho na administração municipal e outros setores (ex: motoristas, serviços de manutenção) é a principal causa de acomodação. Segundo ele, a sobrepesca na região diminuiu os estoques pesqueiros e gerou a busca por outras atividades econômicas.

O turismo não foi citado como razão do enfraquecimento da pesca artesanal, mas sim como uma fonte alternativa de renda para os pescadores. Todos os jangadeiros que fazem passeios às piscinas naturais ou são cadastrados como guias do Projeto Peixe-Boi são atuantes como pescadores. Atuando como jangadeiros, os pescadores são cadastrados na prefeitura, possuem alvará da Marinha e recebem orientações de conduta pelo ICMBio. Os pescadores/jangadeiros entrevistados afirmaram que o aumento da atividade turística no município não interferiu na produtividade da pesca. Porém, na alta temporada, dedicam-se preferencialmente ao turismo, o que revela um conflito entre as atividades.

A sazonalidade dos fluxos turísticos é uma importante característica da atividade no município. Há um aumento significativo de turistas no verão e observa-se uma modificação também na oferta de trabalho em bares e restaurantes. Em um dos estabelecimentos analisados, há 15 funcionários na alta temporada e 7 na baixa. Porém, segundo os indivíduos entrevistados, não há variação salarial e nem alteração nos preços de produtos e serviços no comércio local em função dessa sazonalidade. A única exceção dessa variação de preços ao longo do ano são as diárias de pousadas e os valores de aluguel de casas por temporada.

Com as entrevistas foi possível também perceber a dimensão da geração de empregos promovida pelo turismo. Segundo entrevistados, quase a totalidade dos funcionários de bares e restaurantes é nativa de São Miguel. E esse quadro é observado também nos meios de hospedagens, onde as exceções são alguns poucos cargos administrativos nas pousadas de charme.

A expansão do turismo no município, acompanhada do aumento do nível educacional da população (Tabela 06), tem estimulado uma crescente qualificação da mão-de-obra local, sendo freqüente a promoção de cursos de capacitação.

Tabela 06: Evolução da taxa de Analfabetismo – São Miguel dos Milagres, 2000-2010

	2000	2010
Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade (%)	38,5	28,6

Fonte: IBGE, 2010

Através de parcerias entre a Prefeitura, o SEBRAE e o SENAC, foram realizados cursos de Gastronomia, Estética e formação de garçons, entre outros. E o Instituto Yandê oferece capacitação gratuita em Informática e Inglês, além de cursos comunitários de preparação para o Vestibular.

Segundo o entrevistado representante da ONG, o crescimento do turismo aumenta o interesse da população nas atividades, sobretudo jovens e mulheres. Só na área de Informática, já foram capacitadas 90 pessoas. O Instituto, porém, não prega apenas a capacitação para o turismo, e sim a formação geral dos indivíduos. O foco de atuação da instituição é o desenvolvimento local, e não especificamente o setor turístico.

O Instituto Yandê estabeleceu ainda uma parceria com a associação de jangadeiros do Projeto Peixe-Boi. A ONG ofereceu oficinas de Corte/Costura em conjunto com o SENAC, capacitando mulheres da comunidade. Atualmente, na própria sede do Instituto (Figura 24), são produzidos e vendidos artesanatos relacionados à espécie do peixe-boi marinho, proporcionando uma nova fonte de renda às artesãs.



Figura 24: Sede do Instituto Yandê. São Miguel dos Milagres, 2012
Foto do autor

Foi observada ainda em São Miguel dos Milagres e em Porto de Pedras a realização de uma série de ações de educação e conscientização ambiental promovidas pelo Instituto Yandê e pelo ICMBio. Essas ações envolveram palestras sobre o patrimônio natural da região e a importância do peixe-boi marinho, além de mutirões de limpeza em praias e manguezais

Sobre a gestão do turismo pela prefeitura, alguns entrevistados apontaram para a falta de incentivo ao turismo durante o ano todo. Segundo os indivíduos A, C, D e J, a prefeitura não apóia o desenvolvimento do turismo, não promove a capacitação da comunidade e restringe sua atuação à organização de raros eventos.

Com o objetivo de obter informações e dados básicos - como número de hospedagens e frequência de visitantes - sobre o turismo no município, foi feita uma visita à Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, onde houve um contato com a então secretária e demais funcionários. No entanto, os objetivos não foram cumpridos, em função da inexistência de tais informações no local, sendo recomendado ao pesquisador procurar pelos dados nas próprias instalações turísticas. Este fato evidenciou um despreparo da administração municipal para uma gestão eficiente do turismo.

Além disso, a existência de um mesmo órgão para atuar no planejamento e nas políticas públicas referentes ao Turismo e ao Meio Ambiente corrobora a íntima vinculação que há entre os dois setores na região, onde a atividade turística é promovida quase que exclusivamente sobre os recursos naturais, bem como demonstra a ausência de uma concepção mais abrangente de meio ambiente na administração municipal.

Alguns entrevistados acham ainda que a prefeitura não incentiva o desenvolvimento local e reclamam do estado de grande dependência da população em relação à administração pública. Segundo o Indivíduo C, “a prefeitura não fornece o que a população precisa, pra que os moradores continuem precisando e pedindo”. As principais reclamações sobre essa questão ouvidas nas entrevistas referem-se à carência nas áreas de saúde, segurança, educação e transporte. Relataram-se ainda casos de aumento da violência na região e ausência de atuação efetiva da polícia. Segundo a representante da AREAL, o maior ponto positivo recente na área da segurança foi a instalação de um Fórum de Justiça em Porto de Pedras, pois permitiu um canal mais acessível e produtivo de reivindicações.

Sobre a relação da comunidade com o turismo, os Indivíduos B, C, D e A afirmaram que moradores de São Miguel não se incomodam com os turistas e não

percebem ou questionam nenhum tipo de restrição de acesso à praia provocado pelas pousadas de charme. De acordo com observações feitas e declarações dos entrevistados, a maioria dos hóspedes das pousadas de charme não interage com a comunidade e a população local não frequenta os mesmos lugares que os turistas. Entretanto, apesar dos contrastes culturais e econômicos evidentes, a comunidade possui uma posição majoritariamente favorável ao desenvolvimento do turismo.

Uma consequência importante do crescimento turístico em São Miguel dos Milagres é a crescente oferta de casas para aluguel por temporada (Figura 25). O aumento dos fluxos de turistas para a região atrai pessoas de realidades financeiras distintas dos padrões oferecidos pelas pousadas de charme. Como o número de pousadas de padrões mais simples é insuficiente para atender a demanda, muitos turistas alugam residências, sobretudo no Carnaval e no Réveillon. As casas alugadas são de proprietários que não residem no município, de moradores que saem das suas casas para alugá-las, ou de pessoas da comunidade que constroem segundas residências somente para alugá-las. Esse fenômeno, além de proporcionar uma fonte de renda importante para moradores locais, é reflexo da diversificação do padrão do turismo no município, ainda que as pousadas de charme constituam atualmente sua característica fundamental.



Figura 25: Casas para Aluguel por temporada. São Miguel dos Milagres, 2012
Fotos do autor

Essa diversificação pode ser observada também pelo aumento de excursões diárias organizadas por agências, principalmente a partir de Maceió. (Figura 26) Os ônibus levam os turistas para um restaurante receptivo na praia do Riacho, onde eles passam algumas horas e têm a possibilidade de fazer passeios no município por conta

própria. Esse fato, junto com a intensificação de alugueis, indica a potencial massificação do turismo nos municípios localizados no trecho isolado da AL-101 e alerta para os possíveis impactos negativos gerados pelo eventual crescimento desordenado da atividade.



Figura 26: Ônibus de excursões diárias. São Miguel dos Milagres, 2012
Foto do autor.

Sobre o desenvolvimento do turismo, verificou-se uma divergência de opiniões entre os entrevistados, que reflete um conflito de interesses existentes na comunidade. Os Indivíduos A, B, D e F acreditam que deve ser estimulada a atração de mais turistas e que o aumento do turismo pode gerar o progresso do município. Já os Indivíduos C, E e J, defendem a manutenção do atual fluxo turístico, evitando a massificação da atividade e favorecendo a oferta de um serviço de qualidade. O Indivíduo C relatou que tem “medo que São Miguel fique igual a Maragogi”; e o Indivíduo J acredita que a massificação é prejudicial para a sustentabilidade da atividade turística.

Apesar de defender o aumento do turismo, o Indivíduo D alerta que a infraestrutura não suporta o crescimento. O entrevistado citou a frequente falta de água e luz na alta temporada como um exemplo dessa carência. Complementando, o Indivíduo A afirmou que a infraestrutura “chega somente para alguns” e comentou que as pousadas de charme são prontamente atendidas em suas demanda de serviços básicos. Segundo ele, as pousadas associadas possuem um grande poder de pressão e influência na administração municipal para defender seus interesses. Assim, possuem benefícios e facilidades que o resto da comunidade não recebe, evidenciando a desigualdade que marca as relações sociais no município e limita o desenvolvimento local.

Através de algumas entrevistas, percebeu-se que uma reivindicação manifestada pela população é a melhoria da infraestrutura urbana. Nesse sentido, a principal reclamação ouvida foi sobre as condições das vias de acesso às praias. Exceto dois pontos centrais e mais urbanizados da orla, o caminho para as praias é feito por estradas de terra em meio aos coqueirais (Figuras 27 e 28). Segundo o Indivíduo F, a prefeitura deveria “organizar” e “estruturar” alguns acessos, inclusive construindo espaços de lazer urbanizados na orla. Mas, segundo o Indivíduo A, as pousadas de charme não tem interesse nessa urbanização, pois a melhora das condições de acesso às praias diminuiria a privacidade e a exclusividade que elas oferecem aos seus hóspedes. Por outro lado, a acessibilidade restrita é defendida pelo Indivíduo J como um fator de conservação das áreas naturais do município.



Figuras 27 e 28: Vias de acesso a praias em São Miguel dos Milagres, 2012
Fotos do autor

Foco de conflitos como esse, o crescimento urbano em São Miguel dos Milagres é verificado pelo grande número de casas em construção no município (Figura 29). A expansão ocorre, sobretudo, ao longo da rodovia AL-101 e à sua margem leste, nas

áreas entre a estrada e as praias. Observa-se também nesta região a abertura de lotes em meio aos coqueirais, onde já se iniciam novas construções. (Figura 30)



Figura 29: Construção de casas em São Miguel dos Milagres, 2012
Fotos do autor.



Figura 30: Abertura de lotes (área circulada em amarelo) em São Miguel dos Milagres.
2009 (Acima) - 2010 (Abaixo). Fonte: Google Earth

O processo de urbanização é potencialmente impactante ao patrimônio ambiental da região, principalmente pelo saneamento inadequado que caracteriza o ambiente urbano no município. Apesar de relevantes melhorias observadas desde 2000, apenas 5,1% dos 1954 domicílios no município possuíam saneamento adequado em 2010 (Tabela 07). De acordo com os critérios do IBGE, um domicílio tem saneamento adequado quando dispõe de rede de água, esgoto ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta; saneamento semiadequado quando dispõe de pelo menos um dos serviços; ou inadequado quando não há nenhum dos serviços em pleno funcionamento.

Tabela 07: Evolução das condições de Saneamento Básico em São Miguel dos Milagres, 2000-2010 (% dos domicílios)

Tipo de Saneamento	2000	2010
Adequado	0,2 %	5,1 %
Semi-adequado	74,1 %	86,5 %
Inadequado	25,8 %	8,4 %

Fonte: IBGE, 2010

Entre os componentes do Saneamento Básico, destaca-se no município a carência de serviços para o destino do lixo e do esgoto domiciliar (Tabela 08). Em São Miguel dos Milagres a coleta do lixo é feita de forma precária por caminhões abertos (Figura 31) e o lixo recolhido é depositado em um lixão localizado em um sítio particular, à oeste da rodovia AL-101.

Tabela 08: Perfil municipal de Saneamento Básico – São Miguel dos Milagres

Abastecimento de Água	%	Destino do Lixo	%	Destino de dejetos	%
Rede Pública	85,5	Coleta Pública	46,7	Sistema de esgoto	0,7
Poço ou Nascente	12,8	Queimado/ Enterrado	35,9	Fossa	80,08
Outros	1,7	Céu aberto	17,4	Céu aberto	19,22

Fonte: SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010



Figura 31: Caminhão de coleta de lixo em São Miguel dos Milagres, 2012
Foto do autor.

Em relação ao esgotamento sanitário, a maioria dos domicílios possui fossa séptica. Mas, segundo o Indivíduo F, grande parte das fossas recebe apenas os dejetos, enquanto parcelas das águas residuais são despejadas nos rios ou no solo (Figuras 32 e 33).



Figura 32: Despejo inadequado de águas residuais em São Miguel dos Milagres, 2012
Foto do autor



Figura 33: Despejo de esgoto em curso d'água em São Miguel dos Milagres, 2012
Foto do autor

Como citado anteriormente, o turismo em São Miguel dos Milagres apresenta particularidades que o diferenciam do contexto geral da região Nordeste. Em São Miguel dos Milagres, o turismo está em uma fase de expansão, mas está longe de apresentar padrões do turismo de massa. Em função da ausência, até o momento, de grandes empreendimentos e fluxos turísticos, ou intensas apropriações do território, não são tão visíveis impactos ao meio natural como se observa em núcleos receptores mais consolidados.

Porém, o crescimento do setor turístico no país e os incentivos feitos ao turismo na região da Costa dos Corais promovem uma tendência de progressiva expansão de empreendimentos turísticos e da urbanização no município. E Limonad (2007) afirma que o aumento da ocupação litorânea por condomínios e equipamentos turísticos é favorecido quando a população da região costeira se concentra em núcleos interiorizados ou pequenos povoados. Com as obras de infra-estrutura, principalmente rodovias, elimina-se o isolamento de praias e povoações litorâneas, aumentando a acessibilidade de turistas, promotores imobiliários e mega-empreendimentos. A perspectiva de crescimento excessivo, portanto, apresenta riscos ao desenvolvimento adequado da atividade e, conseqüentemente, ao ambiente local.

Uma ação fundamental para tentar evitar o eventual crescimento urbano desordenado em São Miguel dos Milagres foi o estabelecimento do Plano Diretor Municipal - PDM, em 2011. O PDM foi construído desde 2009, através de um processo participativo, com a realização de fóruns, oficinas e audiências públicas com a

comunidade. E o setor turístico teve uma importância fundamental na elaboração do Plano, pois foi através de recursos (cerca de R\$ 100 mil) captados junto ao Ministério do Turismo que a Prefeitura concretizou o projeto (SETUR, 2009). E o coordenador do processo de construção do PDM foi o então Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente. Na Tabela 09 a seguir, são listados os órgãos do Poder Público e os setores da sociedade civil representados na construção do Plano Diretor.

Tabela 09: Órgãos e Setores representados na elaboração do Plano Diretor Municipal de São Miguel dos Milagres

PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
☐ Secretaria de Turismo e Meio Ambiente (Coordenador)	☐ Colônia de Pescadores Z-11
☐ Câmara de Vereadores	☐ Associação de Jangadeiros
☐ SEMARH	☐ Associação Rota Ecológica
☐ ICMBio	☐ Igreja Católica
☐ Poder Judiciário	☐ ONG Fundação Augusto Gouveia
☐ APL Costa dos Corais	☐ ONG Vila Toque de Taipa
☐ Secretaria de Agricultura e Pesca	☐ Produtores Rurais
☐ Secretaria de Administração	☐ Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Fonte: SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, 2010

Apesar da existência de um processo participativo, algumas contradições foram identificadas sobre a atuação efetiva dos diferentes grupos sociais na elaboração do Plano Diretor. Segundo o Indivíduo A, a Associação de Pousadas possuiu um importante papel no processo participativo, exercendo pressão e influência para defender seus interesses na delimitação do zoneamento municipal. Já o Indivíduo F relatou que a população participou do processo e que não identificou nenhuma interferência das pousadas de charme na gestão municipal. Ele, porém, afirmou que a comunidade possui um poder menor do que as pousadas. Para esse entrevistado, o fato de muitas famílias no município dependerem dos empregos oferecidos pelas pousadas é um motivo de influência por parte da associação.

Essa possível influência política da AREAL pode ser explicada pelo poder econômico de seus integrantes e pelo nível de ação organizada observado entre as pousadas de charme. Além de ações internas em suas próprias instalações, a associação de pousadas desenvolve seus princípios por meio da participação dos proprietários nos processos de planejamento e gestão do município. A AREAL, porém, possui atualmente um caráter de rótulo ou selo de qualidade, já que para ingressar no grupo

uma pousada deve seguir os princípios promovidos pela associação. Apesar disso, a representante da AREAL afirmou que um dos princípios da associação é disseminar o conceito de sustentabilidade pelos demais estabelecimentos do município, entre pousadas e restaurantes. Segundo ela, a associação “não pode impedir o turismo de crescer, mas pode influenciar o desenvolvimento ordenado”.

Entretanto, considerando que os mecanismos de participação social são fundamentais, eles devem ser operacionalizados de modo que todos os setores sejam capazes de propor caminhos e atuar nas decisões. Para evitar, então, que apenas os interesses das pousadas sejam legitimados, é importante que demais setores da comunidade possuam a mesma força de atuação. E foram identificadas importantes iniciativas de associativismo no turismo local, que fortalecem diferentes grupos. Além do surgimento da associação de guias e condutores cadastrados pelo ICMBio para o Projeto Peixe-Boi, os jangadeiros que atuam nas piscinas naturais também formaram um grupo organizado. Até 2011, os jangadeiros divulgavam seus serviços principalmente por contatos com pousadas e restaurantes, que os repassavam aos turistas interessados. E em 2012 foi criada uma associação de jangadeiros, que atua como uma cooperativa e socializa os benefícios da atividade turística. Verifica-se, entretanto, um conflito nesse processo, pois alguns jangadeiros preferem a lucratividade do trabalho individual, mantendo os contatos com as pousadas na alta temporada. O individualismo, aliás, foi citado nas entrevistas como um problema existente no município. Segundo os Indivíduos A, C e D, faltam iniciativa e organização da comunidade para fazer reivindicações. Porém, foi possível observar, no caso relatado a seguir, a existência de uma ação organizada entre alguns integrantes da comunidade.

Desde 2010, tem sido realizada no município uma festa de Reveillon, de caráter privado, organizada por empresários paulistas e freqüentada majoritariamente por jovens das regiões Sul e Sudeste. É uma reedição de festas similares promovidas anteriormente em praias do litoral da Bahia. São cobrados ingressos a altos preços, que impossibilitam a participação da população local e restringem o acesso somente aos turistas com maior poder aquisitivo. Além do caráter exclusivista e elitista, a festa produz impactos negativos, como: aumento da geração de lixo nas praias; ocorrência do efeito-demonstração e possibilidade de aculturação; e saturação da infra-estrutura local. Ao mesmo tempo, porém, a festa contribuiu economicamente para o turismo na região, pois aumentou a frequência de visitantes, ainda que num período estrito, e estimulou a divulgação do local. Além disso, os moradores passaram a ter uma nova fonte de renda,

uma vez que alugam casas ou quartos temporariamente para os turistas que não encontram vagas nas pousadas, ou mesmo para os que não podem/querem pagar as caras diárias de alta temporada.

Porém, segundo os indivíduos A e D, a prefeitura não demonstra vontade em apoiar e organizar a festa e as pousadas da AREAL mostram-se indiferentes ao evento, pois já possuem uma clientela garantida, independente da realização da festa. Para o Indivíduo D, as pousadas de charme fazem apenas exigências, mas não colaboram com a organização. Para requisitar apoio da prefeitura e garantir a realização da festa, alguns moradores interessados no evento e no turismo em geral, se reuniram para identificar medidas necessárias e transformá-las em propostas à prefeitura. Durante o primeiro encontro, surgiram indicações de outros potenciais integrantes para as reuniões seguintes, o que possibilitou identificar a construção, pela própria comunidade, de uma rede local articulada voltada para o desenvolvimento do turismo.

A formação de um grupo de partes interessadas, seguida da realização de reuniões, evidencia a existência de iniciativa por parte de setores da população. Se estimulada, a participação comunitária pode se intensificar e atingir um nível importante na organização do turismo e na administração local.

Analisando as informações apresentadas neste capítulo em conjunto com as discussões previamente realizadas nos capítulos anteriores, identificaram-se então diferentes obstáculos e oportunidades ao pleno desenvolvimento de São Miguel dos Milagres, que estão diretamente ligados ao turismo no município.

Como contribuições do turismo ao Desenvolvimento Local apontam-se, portanto, os seguintes aspectos:

- Geração de novas fontes de renda e iniciativas de capacitação profissional para a comunidade; aumentando as oportunidades de crescimento econômico;
- Estabelecimento do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais e do Plano Diretor Municipal de São Miguel dos Milagres, favorecendo o controle ambiental sobre a ordenação territorial e o uso do solo na região;
- Formação de redes de interesse social (associações) e criação de canais de participação comunitária nas tomadas de decisão de caráter público (audiências e consultas públicas), que contribuem potencialmente para a construção democrática de políticas e projetos no município.

- Incentivo à integração regional da gestão ambiental e da articulação econômica, com a existência da APA Costa dos Corais e do Arranjo Produtivo Local para o turismo na região;
- Incentivo à conservação ambiental, por meio de ações de educação e conscientização ambiental (Instituto Yandê e ICMBio), de divulgação do patrimônio ambiental pelo mercado turístico, e pelo próprio padrão de baixo impacto promovido pelas pousadas de charme e pelas atividades turísticas observadas;
- Valorização de potencialidades locais, como cultura, patrimônio ambiental e a própria comunidade, em função do estímulo ao Turismo de Base Local.

Em contrapartida, identificaram-se as seguintes limitações a um efetivo desenvolvimento do município:

- Existência de níveis acentuados de desigualdade socioeconômica, com grande carência de bens e serviços para a comunidade e distribuição injusta de benefícios do turismo;
- Crescimento da assimilação cultural, através da disseminação de valores desenvolvimentistas hegemônicos que estimulam na comunidade o desejo por Progresso/Modernização e descaracterizam costumes e enfraquecem atividades tradicionais;
- Assimetria Social, que interfere no cenário político local e potencializa quadros de subordinação, influência e exclusão;
- Incipiente participação comunitária nos processos de tomada de decisões, mitigando o caráter democrático de consultas e audiências públicas;
- Início de uma expansão urbana desordenada, potencializando os riscos de degradação ambiental, de especulação fundiária/imobiliária e de conflitos pelo uso do solo.
- Indícios de crescimento excessivo do turismo, potencializando sua massificação e seus conseqüentes impactos negativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se originou a partir do debate contemporâneo sobre a questão ambiental ocorrido no campo da Ecologia Política e à luz da noção de Complexidade, que produz críticas ao sistema político-econômico dominante na sociedade moderna, ao seu modelo de desenvolvimento baseado em crescimento econômico, produtividade e consumo excessivo e ao processo de globalização que dissemina as contradições inerentes ao sistema. Esse conjunto de elementos é questionado então por gerar e intensificar problemas sociais, econômicos e ambientais.

Para o enfrentamento dessas questões, através do controle da degradação ambiental e da redução de desigualdades e injustiças sociais, é fundamental a disseminação e aplicação concreta dos princípios multidimensionais de sustentabilidade através de processos políticos, atividades econômicas e práticas sociais.

A superação do modelo de desenvolvimento hegemônico exige a construção de relações que considerem a diversidade cultural e ambiental, respeitando as particularidades e necessidade dos diferentes lugares e indivíduos do planeta. O fortalecimento de sujeitos e espaços oprimidos pelo sistema é essencial para a promoção de um efetivo desenvolvimento. Com isso, valorizam-se conceitos como equidade social e justiça ambiental, que consistem em componentes de uma plena qualidade de vida.

Ao apresentar uma análise do desenvolvimento do turismo em São Miguel dos Milagres, este trabalho teve a pretensão de identificar eventuais limitações ou contribuições ao desenvolvimento da área, surgidas ou relacionadas com o crescimento da atividade turística. Após a realização da pesquisa, os objetivos propostos foram cumpridos com a verificação da ocorrência de impactos positivos e negativos para a construção da sustentabilidade local.

Os resultados apresentam barreiras ao desenvolvimento efetivo do município, como: ausência de atendimento às carências e demandas da população, incipiente caráter democrático nas tomadas de decisão de interesse comum, início de uma expansão urbana desordenada e intensificação de conflitos socioambientais. Entretanto, foram observadas também contribuições ao desenvolvimento local relacionadas à atividade turística, como: a geração de novas fontes de renda para a comunidade, a construção e o estabelecimento do Plano Diretor Municipal e do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, a criação de canais de participação

comunitária nas decisões políticas locais e estímulos à conservação do patrimônio ambiental. Conclui-se que o desenvolvimento do turismo em São Miguel dos Milagres incorpora alguns princípios presentes no conceito de sustentabilidade, sobretudo a valorização das potencialidades locais. Se esses princípios forem mantidos e disseminados, acredita-se que o turismo pode contribuir diretamente para o processo de desenvolvimento no município.

O cenário futuro dos impactos do turismo em São Miguel dos Milagres será, entretanto, diretamente influenciado pelo modo que a atividade se desenvolverá. A dimensão atual dos fluxos turísticos na região é um fator positivo, mas uma eventual massificação tende a alterar as características da atividade e intensificar a degradação ambiental e os problemas sociais dela decorrentes. A atuação responsável de atores econômicos e políticos é, portanto, crucial para conduzir o desenvolvimento do turismo e evitar seu crescimento excessivo. Neste sentido, o Plano Diretor Municipal, a gestão ambiental regionalmente compartilhada e a conscientização ambiental da população local constituem instrumentos importantes para ordenar a provável expansão urbana relacionada ao aumento do turismo. E a articulação produtiva em escala regional tende a estimular um desenvolvimento equilibrado da atividade turística, com participação de diferentes atores sociais e interação com outras atividades econômicas. Porém, a capacidade de organização e reivindicação da comunidade será fundamental para enfrentar a existente desigualdade social e equilibrar o poder político dos diferentes grupos sociais nos processos públicos de planejamento e administração do município, favorecendo políticas mais justas e democráticas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio + 20. *Estudos Avançados*. USP. 26, p. 21-33, 2012.
- ABRIL. Editora Abril. *Viaje aqui*. 2012. Disponível em www.viajeaqui.abril.com.br. Acessado em 11/10/2012
- ACSELRAD, H. Sustentabilidade, Espaço e Tempo. In: HERCULANO, S. C. *Meio Ambiente: Questões conceituais*. Niterói, RJ. UFF/PGCA. Riocor, 2000
- ACSELRAD, H. (org.) *A Re-volta da Ecologia Política: Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ALMEIDA, M. G.. Ambiguidades e contradições no discurso de naturofilia e nas práticas turísticas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 18, p. 77-86, jul./dez., 2008.
- ALMEIDA, J. R. N. Desigualdades Brasileiras: Aspectos econômicos e históricos. In: PÁDUA, J. A.. *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: UFMG, 2009
- ANTUNES, D. J. N. *Capitalismo e Desigualdade*. 258f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP. 2011
- ARAÚJO, T. M. et al. Alagoas. In: MUEHE, D. (org.) *Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro*. Brasília: MMA, 2006.
- ART, W.H. *Dicionário de ecologia e ciências ambientais*. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 1998
- BARTHOLO JR, R. S. A mais moderna das esfinges: Notas sobre Ética e Desenvolvimento. In: BURSZTYN, M (Org.). *A Difícil Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001
- BECKER, B. - Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual do Turismo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, Nº1, 2001
- BENI, M. C. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T.. (Org.). *Questão Ambiental: Diferentes Abordagens*. 7ed. .Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Boletim Regional – Suplemento do Banco Central do Brasil, Volume 3, nº 1. Jul. 2009
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Litoral Norte de Alagoas*. 2011a
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Documento Referencial do Turismo no Brasil 2011-2014*. Brasília, MTur, 2011b.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007/ 2010. Brasília, MTur, 2007a
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo*. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007b.
- BRUHNS, H. T. *A busca pela natureza: turismo e aventura*. Barueri: Manole, 2009.
- BUARQUE, S. C. *Construindo o Desenvolvimento Sustentável*. Recife: IICA, 2001.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília: MEPP, INCRA, IICA, jun. 1999.

CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982

CARDOSO NETO, N. Os Conflitos de uso dos recursos ambientais: um reflexo da sociedade de risco. In: *II Simpósio Dano Ambiental na Sociedade de Risco*, 2007, Florianópolis. p. 654-668.

CATALÃO, V. L. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009

CHEVITARESE, L. P.; MATTOS, F. P. Participação: Utopia Ética pós-moderna para o turismo sustentável. In: Salvador D. P. Trevizan. (Org.). *Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local*. Ilhéus: Editus, 2006

COPATTI, L. C. *A efetivação da cidadania através do poder local*. Revista Perspectiva, Erechim, v. 34, p. 85-100, 2010.

CORREIA, M.D.; SOVIERZOSKI, H.H. *Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas, Brasil*. In: Revista da Gestão Costeira Integrada. Vol 8. p.25-45. 2008

CRUZ, R. C. *Política de turismo e território*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DEMO, P. *Argumento de Autoridade X Autoridade do Argumento - Interfaces da cidadania e da epistemologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

DEMO, P. *Pobreza Política - A pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006

DIAS, R. *Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008

DIAS, R. *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade*. São Paulo. Atlas. 2010

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DRUMMOND, J. A. Os recursos naturais como bens de interesse difuso: Dificuldades institucionais e materiais para as leis e políticas ambientais. In: HERCULANO, S. C. *Meio Ambiente: Questões conceituais*. Niterói, RJ. UFF/PGCA. Riocor, 2000

DULLEY, R. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. *Revista de Economia Agrícola*. São Paulo, vol. 51, nº2, jul./dez. 2004.

FOLADORI, G. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP. Ed. Unicamp/Imprensa Oficial, 2001.

FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *GEOgraphia*. Niterói. Ano. II, Nº 4, 2000

FREIRE, R. *Blog Viaje na Viagem*. Alagoas: Rota Ecológica. 2007. Disponível em: <http://www.viajenaviagem.com/2007/07/alagoas-rota-ecologica/>. Acessado em 08/04/2012.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. . In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T.. (Org.). *Questão Ambiental: Diferentes Abordagens*. 7ed. .Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HERCULANO, S.C. A Qualidade de Vida e seus indicadores. In: Herculano, S. et al. (org.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*, Niterói: Eduff, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. 2010. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 12/07/2012

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *APA Costa dos Corais*. 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2238-apa-da-costa-dos-corais.html>. Acessado em 10/11/2012.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acessado em 10/12/2012

JAMIESON, D. *Ética e Meio Ambiente: uma introdução*. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2010.

LEFF, E. *Saber Ambiental*. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7.ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2009

LENOIR, F. & REEVES, H. *Mal da Terra*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LIMONAD, E. *Yes, Nós Temos Bananas! Praias, Condomínios Fechados, Resorts e Problemas Sócio-Ambientais*. GEOgraphia (UFF), nº 17, p. 63-88, 2007.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. BURSZTYN, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, F. *Geografia e Meio Ambiente*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, R. *Para Onde Vai o Pensamento Geográfico*. 1a. ed. São Paulo: Contexto, 2006

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: Uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M (Org.). *A Dificil Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001

NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. (Orgs.). *Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. Barueri: Manole, 2010.

OLIVEIRA, A. P. *Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005

OMT - Organização Mundial do Turismo. *UNWTO Tourism Highlights*. 2012. Disponível em <<http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enlr.pdf>>. Acessado em 12/01/2013.

OMT - Organização Mundial do Turismo. *Methodological Notes*. 2011. Disponível em <http://www.unwto.org/facts/eng/methodological.htm#2>. Acessado em 05/12/2011

ONU - Organização das Nações Unidas. *Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2.ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

- ORSI, R. A. Sustentabilidade e Qualidade de Vida: dimensões para o desenvolvimento urbano. In: SEABRA, G. (Org.). *Cidades, Natureza e Bem Estar*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
- PÁDUA, J. A. Um Sopro de Destruição : Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). 2.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004
- PÁDUA, J. A. (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009
- PAZ, R. J.; FARIAS, T. (Orgs.) *Gestão de áreas protegidas: processos e casos particulares*. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *O Desafio Ambiental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. 14ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006
- PORTUGUEZ, A. P. A qualidade de vida como princípio fundamental do desenvolvimento comunitário. In: SEABRA, G. (Org.). *Terra: Cidade, natureza e bem estar*. João Pessoa: EdUFPB, 2012.
- ROTEIROS de Charme. *Associação de Hotéis Roteiros de Charme*. 2012. Disponível em <http://www.roteirosdecharme.com.br>. Acessado em 09/09/2012.
- RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, Prefeitura Municipal de. *Relatório Final do Plano Diretor Participativo de São Miguel dos Milagres*. São Miguel dos Milagres, Fevereiro, 2010.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993
- SACHS, I. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. *Revista Mundo & Vida*. Ano 1, Vol 1. PGCA/UFF. Niterói, RJ. 2000
- SANTA RITA, L. P.; NASCIMENTO, T. C.; LIMA, M. O. .Desenvolvimento regional: um estudo do arranjo produtivo de turismo - Costa dos Corais no Estado de Alagoas. In: *Encontro Nacional de Turismo com Base Local - ENTBL, 2007*, João Pessoa. X ENTBL, 2007
- SANTILLI, J.; SANTILLI, M. Desenvolvimento Socioambiental: Uma opção brasileira. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009
- SAWYER, D. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? In: *Política Ambiental / Conservação Internacional* - n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011
- SEABRA, G. *Ecossistemas do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papirus, 2001
- SEABRA, L. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. . In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T.. (Org.). *Questão Ambiental: Diferentes Abordagens*. 7ed. .Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- SEPLANDE, Secretaria de Planejamento de Alagoas. *Arranjo Produtivo Local da Costa dos Corais*. Disponível em: <http://www.seplande.al.gov.br/development-economico/development-regional-setorial/13-arranjos-1/costa-do-corais>. Acessado em maio de 2012.
- SETUR, Secretaria Estadual De Turismo - ALAGOAS. *São Miguel dos Milagres acessa recursos do Prodetur II*. 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2009/08/sao-miguel-dos-milagres-acessa-recursos-do-prodetur-ii>> Acessado em maio de 2012.
- TOMAZZONI, E. L. *Turismo e Desenvolvimento Regional: Dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009

TOYOTA, APA Costa dos Corais. In: *Fundação Toyota do Brasil*. 2012. Disponível em: <http://www.fundacaotoyotadobrasil.org.br/projetos/costa-dos-corais/> . Acessado em 05/01/2013

TREVIZAN, S. D. P. (Org.) Comunidades Sustentáveis a Partir do Turismo com Base Local. Ilhéus, BA: Editus, 2006

UNEP - United Nations Environment Programme. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers*. 2011.

VEIGA, J. E. Os desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009

VIOLA, E. O Movimento Ecológico no Brasil, 1974-1986: do Ambientalismo à Ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987. p. 63-110